

A EDUCAÇÃO FISCAL E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA



**REFERENCIAL TEÓRICO - PRÁTICO DE EDUCAÇÃO
FISCAL PARA EDUCADORES
UNAÍ/MG - 2011**

Créditos

Órgãos municipais

Prefeitura Municipal de Unaí

Prefeito:
Antério Mânica

Vice-Prefeito:
José Gomes Branquinho

Secretário Municipal da Educação:
Geraldo Magela da Cruz

Secretário Municipal da Fazenda:
Waldir Wilson Novais Pinto Filho

Órgãos Estaduais

Governo do Estado de Minas Gerais
Antonio Augusto Anastasia

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Secretario de Estado de Fazenda
Leonardo Maurício Colombini Lima

Gestor Estadual do Programa de Educação Fiscal
Wagner Pinto Domingos

Superintendente Regional da Fazenda I – Uberlândia
Samuel Feliciano de Queiroz

Chefe da Administração Fazendária de 2º Nível de Unaí
Denise Antônia Santana Miranda

Órgãos Federais

Escola de Administração Fazendária

Diretor Geral
Mauro Bogéa

Gerente Nacional da Educação Fiscal
Claudemir Frigo

Gerente de Educação a Distância
Eva Torreias

Minas Gerais. Secretaria Municipal de Educação de Unaí.
Equipe da Educação Fiscal da AF 2º Nível de Unaí.

2011, 74 páginas.

Produção coletiva de educadores da rede municipal de ensino
e servidores AF 2º Nível de Unaí.

Revisão de texto: Jânua Celi de Miranda Souto
Projeto Gráfico: Natanael Bruno Rodrigues
Impressão: OGP Gráfica (38) 3676-1677

Logomarca



Lilian Martins Teixeira

Slogan



Marcelo Xavier Travassos

Equipe Técnica

Participação Especial

Antônia de Fátima Melo Peres Santos
Cadmo Matias da Mota
Elizabeth Paranhos Sousa Silva
Ione Naeme Oliveira Soares Lima
Luciana Assunção Batista
Luiz Antônio Zanon
Maria Bernadete Bouzada Dias Rêgo
Norma Uramoto Matsumoto

Palestrantes dos encontros de Capacitação em Educação Fiscal

Alberto Rodrigues de Barros
Cadmo Matias Mota
Cícero Roberto de Melo
Claudemir Frigo
Janilde Maria Cota Fontana
José Daniel Moura de Souza
Leice Maria Garcia
Luiz Antônio Zanon
Lumena de B. Rezende
Luzia Maria José Souza
Neuzani das Graças Soares Branquinho
Orlando Domingos Rodrigues
Rudá Ricci
Wagner Pinto Domingos

Agradecimentos Especiais

Vencedores da Logomarca e do Slogan

Lilian Martins Teixeira
Marcelo Xavier Travassos

Logomarca e Slogan



LOGOMARCA

Iconografia

Sua criação representa o sistema monetário usado pela sociedade brasileira e traz uma reflexão sobre o contexto no qual o cidadão está inserido. Representa a contribuição em moeda corrente na arrecadação e sua colaboração para a melhoria das condições sociais.

No centro, mostra as riquezas agrícolas de Unaí simbolizadas através da produção de milho e feijão. Apresenta, ao centro, o Rio Preto, fonte inspiradora para gente desta querida terra. Ainda, um destaque em especial para a nota fiscal que é exibida com alegria. Ela não é a única, mas é parte essencial para a realização dos direitos positivados. Daí a relevância das cores da bandeira de nossa cidade na logomarca.

Lilian Martins Teixeira

Especialista em Educação Básica

SLOGAN

Educação Fiscal - um ato de cidadania



Sua criação partiu do princípio de uma conotação entre o conhecimento do exercício da cidadania e a Educação Fiscal. Foi pensado em um slogan que tivesse estreita relação com a prática pedagógica e a condição de dignidade do homem no contexto social. Visto sob o ângulo Fiscal, representa a busca de resultados na qualidade de vida do cidadão brasileiro, não só como contribuinte e cumpridor dos seus deveres, mas também ciente dos seus direitos.

Marcelo Xavier Travassos

Professor

A logomarca e o slogan acima são frutos de concurso realizado entre os educadores das redes de ensino de Unaí-MG.

Mensagens

Abraço com entusiasmo a causa da Educação Fiscal, pois acredito que este trabalho contribuirá para uma significativa mudança na postura do cidadão, no contexto socioeducacional. É com satisfação que vejo o esforço de servidores que vão além do mero fazer, mas buscam construir. Todo este processo significa democracia e liberdade.

A conscientização dos professores tem sido uma meta almejada com insistência, pois como formadores de opinião são responsáveis pelas mudanças de comportamentos, primeiramente deles mesmos e depois dos alunos e dos pais.

Considerando que o Programa de Educação Fiscal tem sido desenvolvido com as parcerias entre a Prefeitura Municipal de Unaí, através da Secretaria Municipal da Educação e Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, representada pela Administração Fazendária 2º Nível de Unaí, parabênizo a equipe que produziu este Referencial Teórico e desejo que todos que o tenham em mãos se tornem semeadores da Educação Fiscal.

Antério Mânica
Prefeito Municipal

Esta é apenas mais uma das etapas de um grande desafio. A conclusão deste referencial representa a vitória da dedicação, do esforço e, acima de tudo, da capacidade que as pessoas têm de interagirem e de superar em dificuldades tendo em vista o objetivo maior do entendimento da dimensão ética e da cidadania. A semente está lançada em solo fértil e, se cultivada com a mesma dedicação, certamente produzirá frutos.

Geraldo Magela da Cruz
Secretário Municipal da Educação

EDUCAÇÃO FISCAL: Uma questão de humanidade!

Os temas estudados na Educação Fiscal levam o ser humano a uma profunda reflexão sobre qual deve ser o verdadeiro papel do cidadão diante das questões sociais, e, o que pode ser feito para melhorar a realidade vivida. Sabendo-se das desigualdades sociais existentes e da situação de pobreza e miséria enfrentada por grande parcela da sociedade, é impossível não ficar profundamente sensibilizados ao tentar colocar os temas da educação fiscal em prática no dia a dia: A realidade evidencia problemas gritantes, e que, infelizmente, passam a ser vistos e considerados “normais”, pela rotina e frequência com que ocorrem, tais como a violência, a fome, o desemprego, o problema das drogas, entre outros, diante dos quais, o cidadão não pode se calar ou se omitir.

Neste contexto, questiona-se: Onde cada ser humano pode atuar, de forma individual ou coletiva visando buscar mudanças e melhorar a realidade vivida? Como fazer, ou quais caminhos seguir, para se buscar o pleno exercício dos direitos constitucionalmente garantidos?

Entende-se que um dos caminhos – senão o principal – é através do conhecimento. Os países de primeiro mundo somente alcançaram a posição de pleno desenvolvimento, porque investiram maciçamente na educação de seu povo. Justifica-se a inclusão da Educação Fiscal como tema transversal no currículo escolar, desde as séries iniciais, pois isto certamente apontará um caminho seguro para o estudante atuar como um verdadeiro cidadão.

Além disso, ao se aprofundar na análise dos temas propostos pela Educação Fiscal, o aluno sentir-se-á como um *ator* que se apropria de conhecimentos, mas que precisa expressar sua inteligência, sensibilidade e emoção, tornando-se pessoa melhor, de forma a ser *autor e atuar no filme de sua própria vida e no contexto em que vive!*

A Educação Fiscal possibilita aos alunos:

Compreender a dinâmica da organização do Estado e dos poderes e suas relações com a sociedade;

Conhecer e entender os conceitos de administração pública, democracia, cidadania, sistema tributário e a distribuição e aplicação de recursos públicos;

Inteirar-se da construção histórica dos direitos do homem;

Perceber-se como sujeito ator e autor da sua própria história e da história de um país multicultural e pluriétnico como o Brasil;

Estar consciente da necessidade de superar as desigualdades sociais, os preconceitos e as discriminações;

Compreender os princípios de desenvolvimento e cidadania sob a ótica da globalidade e da solidariedade;

Contribuir para o estabelecimento de uma relação mais harmoniosa entre o Estado e o Cidadão.

Indubitavelmente, dominar esse conhecimento e ser atuante na sociedade é uma obrigação de cada um como cidadão, independentemente da atividade ou do papel que ocupa na sociedade.

Exercer a verdadeira cidadania é lutar por um futuro mais digno para todos, com melhores oportunidades e dignidade para o ser humano. Todos têm uma parcela de responsabilidade no atual cenário mundial de pobreza, não se admitindo ficar de braços cruzados. Se a prestação de serviços públicos é um dever do Estado, é também obrigação do cidadão participar, acompanhar e exigir a correta aplicação dos recursos naquilo que realmente é importante para a sociedade; exigindo que estes serviços sejam ágeis e de boa qualidade, voltados para a necessidade daqueles que mais precisam: que são os excluídos, os marginalizados. Mas, para tanto, todos devem seguir juntos, com o mesmo objetivo!

Façamos da Educação Fiscal uma questão de humanidade para um mundo melhor!

Agradecimentos

Agradecemos, primeiramente, a Deus que permitiu o semear da Educação Fiscal no município de Unaí cujo ápice se revela com a publicação do Caderno de Referencial Teórico.

Ao Excelentíssimo Senhor *Antério Mânica*, Prefeito Municipal de Unaí que, juntamente com as Secretarias Municipais de Fazenda e de Educação tem dispensado amplo apoio à divulgação da Educação Fiscal no município de Unaí, dando credibilidade à colheita dos frutos outrora semeados.

Externamos agradecimentos à senhora *Neuzani das Graças Soares Branquinho* que abraçou a causa da Educação Fiscal e iniciou a caminhada juntamente com a Senhora *Janilde Maria Cota Fontana*, inusitadamente não mediram esforços para contagiar todo o corpo docente da Secretaria Municipal da Educação.

À professora *Juvecina Rocha de Azevedo Tavares* que, com seu legado de dedicação e amor à causa da educação, tem deixado um rastro luminoso da sua participação na disseminação da Educação Fiscal no município de Unaí.

A equipe da Administração Fazendária de Unaí agradece sinceramente a todos os servidores da Administração Pública que de alguma forma tiveram oportunidade de colaborar para o êxito ora alcançado.

Equipe da Administração Fazendária de Unaí

“Uma caminhada de mil milhas começa com o primeiro passo”.
(Provérbio Chinês)



Elaboração

O Referencial Teórico-Prático para Educadores foi elaborado com o esforço coletivo de profissionais da área tributária e da educação. Será um facilitador do processo ensino-aprendizagem sobre ética, cidadania, arrecadação e aplicação de recursos.

Educadores que participaram da elaboração do Referencial Teórico-Prático da Educação Fiscal em Unaí/MG:

Ana Célia de Carvalho
Ana Cleusa Barbosa de Oliveira
Angela Maria de Oliveira
Aparecida O.S. Santos
Belarmina Evangelista Alves
Betânia Maria de Oliveira Rocha
Cíntia Aparecida Viana Silva
Darilei de Sousa Oliveira
Elaine Stopa
Elenice Felizardo Maciel
Eleusa Lúcia da Silva
Eliana Alves da Silva
Eliete Pereira Ramos Silva
Elizângela Santos Silva
Euni José Caxito Teixeira
Fágua Guimarães Pereira
Fernanda da Silva Lopes
Fernanda Fernandes da Silva
Geralda Correia Mariano
Helizabeth Maria Alves Martins
Iraci Alves da Costa
Irene Mendes Cirino
Jacélia Ferreira da Silva Correia
Jane Cristina Antunes Barbosa
Jaqueline Pereira Batista
Jeusa Rocha dos Santos
José Roberto da Silva
Júnia Sueli Coimbra
Lilian Martins Teixeira
Luciane Gonçalves
Lucilena Nunes Araújo
Maria Angela Rosa Sousa
Maria Aparecida Paulino

Maria Augusta R. Souza
Maria Auxiliadora Coelho
Maria das Neves Peres da Cruz
Maria do Socorro Denoni
Maria Elza Ramos Veloso
Maria Eunice Oliveira Gomes
Maria Felícia Tôres de Deus
Maria Helizabete Rodrigues de Andrade
Maria Inês Caldeira Tôres
Maria Isabel Ferreira Maciel
Maria José Fernandes da Silva
Maria José Figueiredo Bianchini
Maria José Martins
Maria Rita Ribeiro
Marcelo Xavier Travassos
Márcia Rosana Silva
Marielza José Paulino
Marieta Fernandes Vasconcelos Dayrell
Marta Maria Caixeta Tavares
Maura Maria Pereira
Maura Urias de F. Oliveira
Nivalda Francisco O. Medeiros
Onice de Matos Venâncio
Orvila Pacheco Martins de Sá
Rogério Alves Durães
Sandra Helena Furtado
Sandra Mara Dias
Simone Raquel de Camargos
Sônia Pereira dos Santos Lara
Vanessa Rodrigues Vasconcelos
Vilma Aparecida P. Ribeiro
Vilma dos Santos Cavalcante
Yara Aparecida da Silva

Coordenação Pedagógica

Antônia de Fátima Melo Peres Santos
Janilde Maria Cota Fontana
Luiz Antônio Zanon

***“Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando
for velho, não se desviará dele.”***

Provérbios 22:6

Objetivo Geral

Contribuir para o fortalecimento da melhor compreensão sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal e sobre o Programa Estadual de Educação Fiscal, enriquecendo o conhecimento sobre o exercício pleno da cidadania.

Metodologia

As atividades poderão ser realizadas individuais ou grupais, orais ou escritas, com os mais diversos materiais, cabendo ao professor definir o que melhor atenda aos seus alunos.

Fundamentação Teórica

Os projetos apresentados neste Referencial estão fundamentados nos Programas Nacional e Estadual de Educação Fiscal e nas temáticas desenvolvidas de acordo com a proposta de cada um.

Cronograma

Sugere-se que os trabalhos sejam desenvolvidos durante o ano letivo tendo em vista a realidade de cada unidade escolar.

Recursos Humanos

Os recursos humanos serão os professores, alunos, pais, colegiado escolar, técnicos em educação, membros de ONG's, sociedade civil e governamental, conforme a necessidade de cada projeto. Espera-se que todos os profissionais da educação contribuam efetivamente para a disseminação do Programa de Educação Fiscal.

Índice

EDUCAÇÃO INFANTIL	10
Meu, seu, nosso...Rio	11
Cidade e trânsito com segurança	13
Viva bem com uma alimentação saudável	15
Família consciente, benefício permanente	17
Patrimônio Público	19
ENSINO FUNDAMENTAL	21
Consumidor consciente	22
Lixo: Uma questão de educação	24
Patrimônio Público- Patrimônio de Todos	27
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	30
Imaginando e Criando	32
Alimentação e Saúde, Gerando Solidariedade	37
Educação Fiscal	42
Educação Ambiental – Conhecer para preservar	43
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	47
Valores em Sociedade.	48
ENSINO MÉDIO	50
Cidadania e política na escola	51
Educação Fiscal – Um caminho para o resgate da cidadania	53
Patrimônio Público e Educação fiscal – Uma questão social	55
GLOSSÁRIO	57
REFERÊNCIAS	72

**REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA
EDUCAÇÃO FISCAL PARA A
EDUCAÇÃO INFANTIL**

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Projeto: Meu, seu, nosso... Rio.

As flores já não crescem mais
Até o alecrim murchou
O lambari morreu
O sapo se mandou
Porque o Ribeirão secou.

Contextualização

Estamos vivendo num cenário de intensa crise ambiental. Os recursos naturais estão sendo esgotados numa velocidade assustadora, e isto tem gerado fortes impactos negativos na qualidade de uma vida saudável.

Precisamos construir uma sociedade sustentável que não coloque em risco o ar, o solo, a vida animal, vegetal, e a água. As crianças precisam conhecer as necessidades de preservar o rio mais próximo da sua região considerando que a água é a nossa maior riqueza.

Objetivo Geral

Propiciar situações que desenvolva no aluno o senso de responsabilidade pela preservação dos mananciais.

Objetivos Específicos

- Sensibilizar os alunos a preservarem a água “o bem finito” que temos;
- Limpar um “rio” poluído e discutir sobre a poluição das águas;
- Estimular a linguagem oral, coordenação motora e a criatividade, trabalhando os valores.

Metodologia

- Músicas
- Coleta seletiva do lixo
- Pintura
- Vídeos educativos
- Dobradura
- Maquete de rio
- Confecção do livro sobre o desperdício
- História da gotinha
- Visita de campo
- Brincadeiras lúdicas
- Confecção do terrário portátil
- Roda de conversa
- Recortes
- Origem do nome do rio
- História da cidade
- Epidemia da dengue
- Visita ao órgão de distribuição e tratamento da água (SAAE)



Recortes Didáticos

Papel A4, cordas, cartolinas, luvas, sacos plásticos, papéis coloridos, fita crepe, cd's,

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

revistas, jornais, fantoches, sucatas, pincéis, tintas e televisão.

Eixos Temáticos

- Linguagem oral
- Matemática
- Movimento
- Artes visuais
- Natureza e sociedade

Temas Transversais

- Meio ambiente
- Ética
- Saúde
- Consumo

Conceitos Fiscais

- Contribuição de melhorias
- Direitos e deveres do cidadão

Onde aprender mais

Vídeos/Músicas

- A invasão do Smilguido
- A pescaria do Chico Bento
- Música Planeta água (Guilherme Arantes)
- Peixe vivo
- Fui no Tororó
- Alecrim
- A Chuva

Fontes de Pesquisas/Sites

- Revista: Querer saber, colégio Logosófico Gonzalez Pecotche
- Revista: Amigos da natureza, Junho 2006
- Revista: Guia Prático do professor, Educação Infantil maio e junho 2008
- www.radiobras.gv.br/agua.html
- www.receita.fazenda.gov.br/leaozinho

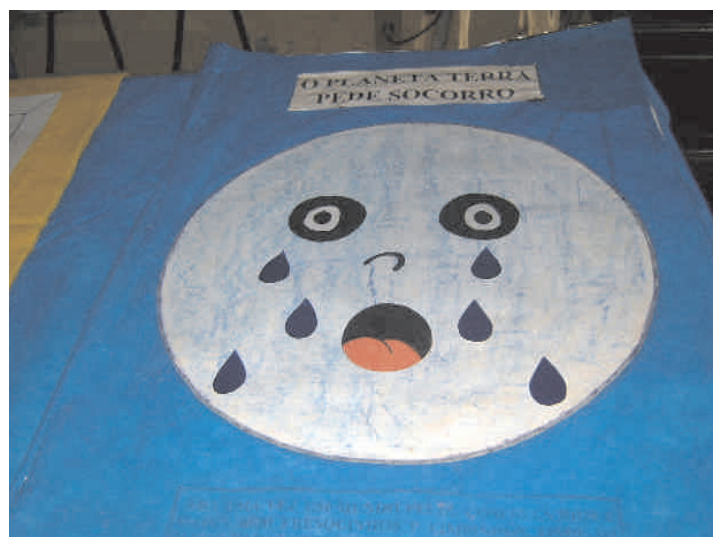
Culminância

Exposição de stands (maquetes do rio, brinquedos reciclados, livros confeccionados pelos alunos, terrário portátil . Aberto à comunidade escolar.

Avaliação

A avaliação ocorrerá durante todo o processo, acompanhando as ações e objetivos propostos, com a mediação dos educadores.

Simultaneamente serão observadas mudanças de atitudes e comportamentos significativos, demonstrando conscientização com relação aos temas.



REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Projeto: Cidade e trânsito com segurança.

Pedestres Responsáveis

Contextualização

O uso do automóvel na nossa cidade popularizou-se realmente nestes últimos anos. Tornaram-se necessárias as campanhas nesse sentido, pois o trânsito, nos dias de hoje, é fator impressionante em danos físicos, materiais e morais.

Por isso devemos mostrar o respeito às regras que regem o trânsito e que garantem mais segurança aos cidadãos.

Objetivo Geral

Sensibilizar as crianças para o exercício da cidadania.

Objetivos Específicos

- Trabalhar o trânsito como uma questão de cidadania;
- Ensinar como as crianças devem se comportar como pedestres;
- Prevenir acidentes;
- Desenvolver as habilidades artísticas.

Metodologia

- Mural do trânsito
- Os 10 mandamentos do bom motorista
- Observação do trânsito
- Concurso de desenhos
- Identificação de placas
- Confecção de semáforos
- Maquete coletiva
- Roda de conversa
- Recorte e colagem
- Músicas
- Poemas
- Pintura de faixas
- Brincadeiras
- Jogo do trânsito
- Maquete da cidade
- Gincana



Recursos Didáticos

Tinta, caixas de papelão, velotrol, bicicletas, placas educativas, cd, som, quebra mola, carrinhos, revistas, cola, tesoura, lanterna, papel celofane, transporte escolar, fita adesiva.

Eixos Temáticos

Linguagem oral, matemática, formas geométricas, ciências, artes.

Temas Transversais

- Saúde

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Meio Ambiente
- Ética

Conceitos Fiscais

- Direitos e deveres do cidadão
- Multas de trânsito
- IPVA

Músicas

- Automóvel
- Verde, amarelo, vermelho
- Motorista, motorista

Fontes de pesquisas/sites

Coleção dia-a-dia do professor, editora FAPI 3ª edição vol. 7
Revista guia prático do professor, editora LUA setembro 2007

WWW.leaozinho.receita.fazenda.com.br

Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS – MEC

Culminância

No pátio da escola uma simulação do trânsito apresentada pelos alunos.

Avaliação do processo

A avaliação deverá ser contínua, formativa e se processará na exposição dos trabalhos realizados, como também as mudanças de comportamento e atitudes.



REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Projeto: Viva Bem, com uma alimentação Saudável...

Contextualização

A fome, provavelmente, será o maior problema político e moral que as crianças enfrentarão como líderes do país no futuro. Em Unaí, a má alimentação é uma questão a ser discutida nas escolas. E começa pela situação de vida dos alunos, seus direitos e deveres como cidadão.

As crianças precisam conhecer a realidade da fome em seu município. Esse papel cabe aos educadores no sentido de prepararem seus alunos para a construção de uma sociedade mais consciente, que tenha condições necessárias para usufruir de uma alimentação equilibrada. Os mesmos têm como abordar e discutir assuntos relacionados à alimentação saudável a partir de uma alimentação qualitativa e quantitativa. Desta forma, o acompanhamento da situação nutricional das crianças de um país constitui-se num instrumento essencial para a aferição das condições de saúde da população infantil. (Mason et al. 1984).

Objetivo Geral

Desenvolver atitudes coerentes relativas aos cuidados com a nutrição e com a saúde.

Objetivos Específicos:

- Incentivar hábitos de higiene;
- Reconhecer alimentos saudáveis e prejudiciais à saúde;
- Desenvolver a atenção e a percepção;
- Identificar os cuidados que devemos ter com os alimentos e com a nossa saúde;
- Estimular a linguagem oral, coordenação motora e a criatividade, trabalhando os valores;
- Sensibilizar as crianças sobre o valor nutritivo dos alimentos, e de se ter bons hábitos alimentares, evitando desperdícios, realçando o custo de cada alimento, o peso dos tributos na composição do custo e a dificuldade de muitos em conseguirem se alimentar adequadamente.

Metodologia

- Músicas
- Experimentos (Degustação)
- Jogo de Memória
- Quebra-cabeça
- Atividades orais
- Pintura
- Cartazes ilustrativos
- Móviles
- Recorte e colagem
- Brincando de feira e supermercado
- Confecção do Mural
- Visita à cantina e apresentação, mostrando os valores nutritivos dos alimentos.
- Montar stands com alimentos saudáveis e alimentos prejudiciais à saúde.
- Palestra com a Nutricionista
- Vídeos



REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Recursos Didáticos

Aparelho de Som, CDs,DVD, TV,jornal, revista, papel A4,pincel,tinta,livros história,cartaz ilustrativo,cola,frutas diversas,barbante,avental,toucas.

Eixos Temáticos:

Matemática, linguagem oral, Ciências, Educação Fiscal, Artes visuais.

Temas transversais

Ética, saúde, pluralidade cultural, meio ambiente

Conceitos fiscais

- Consumo
- Direitos e deveres

Músicas/Vídeos

- Comer , comer (Eliana)
- É hora de lanche
- Alimente-se corretamente (Wendy)
- Dia na praia (Wendy)
- Salada de fruta (Wendy)

Fonte de pesquisas

Coleção: Brincando e aprendendo com música

Revista: Guia prático do professor Educação Infantil (dez. 2009/jan2010)

Livro: Ed. Artística da Pedagogia Fundamental



Culminância

Palestra para a comunidade com a Nutricionista, apresentação com as crianças e distribuição de espetinhos de frutas.

Avaliação do processo

Analisar a participação da comunidade escolar no decorrer do projeto.



REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Projeto: Família consciente, Benefício Permanente!!!

Contextualização

As crianças desenvolvem-se muito rapidamente, mas ainda estão muito centradas em si próprias e na sua família. Aproveitar isso na escola é essencial para ajudar o aluno a construir a sua identidade, entendendo de onde veio, como sua família se formou e qual o papel de cada membro familiar.

Objetivo geral

Ajudar a criança a entender o papel de cada membro da família.

Objetivos específicos

- Valorizar a família;
- Estimular a formação do caráter e da identidade;
- Estimular as crianças a serem respeitosas, sabendo cumprimentar, despedir, agradecer, pedir por favor.

Metodologia

- Roda de conversa
- Dramatizações
- Caixa surpresa
- Confecção da árvore genealógica
- Música
- Vídeo
- Confecção de cartões
- Pequenos textos
- Fantoches (teatro)
- Recorte e colagem
- Dobradura
- Poemas
- Desenhos
- Contação de história relatada por uma pessoa idônea (avó)



Recursos didáticos

Fotos, revistas, jornal, tesoura, cola, bonecos, papel A4, Som, cd, DVD, TV, cartolina, pincel, papel camurça, tinta.

Eixos temáticos

Ciências, Português, Matemática, Artes Visuais, Ensino Religioso, Natureza e Sociedade.

Temas transversais

Ética, pluralidade cultural, cidadania.

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conceitos fiscais

Consumo
Valores

Músicas/Filmes

- Família abençoada por Deus
- Exemplo de vida (Valter Junior)
- Arca de Noé
- Esqueceram de mim 2

Fontes de pesquisa

Revista guia prático do professor

<http://www.editoralua.com.br/>

Coleção dia-a-dia do professor vol.9

Coleção ciranda cirandinha



Culminância

Sarau da família com atividades: coral dos pais, gincana com as famílias, minha família é um show (Karaokê) e entrega do álbum da família

Avaliação do processo

Observar o relacionamento entre pais e filhos nas atividades propostas.

Patrimônio Público

Projeto: Valorize o que é seu!!!

Contextualização

Atualmente é comum ato de vandalismo e depredação nas Escolas Públicas de Unaí. Muitos conservam a ideia de que o que é público não é de ninguém. Diante disso, surge a necessidade de trabalhar esse projeto, visando a conscientização de que tudo que é público, pertence a todos, sendo fruto do trabalho da sociedade. A escola pública é mantida pelos tributos pagos pelos pais dos alunos. Sendo assim, é preciso possibilitar a formação do cidadão consciente de seus direitos e deveres, a necessidade de preservar o patrimônio público.

Objetivo geral

Valorizar o espaço escolar e a necessidade de sua preservação.

Objetivos específicos

- Contribuir para o bom uso do patrimônio escolar garantindo direitos e deveres;
- Vivenciar princípios éticos, estéticos e políticos, adquirindo hábitos e atitudes coletivas;
- Incentivar o aluno a compreender a importância do patrimônio público;
- Conhecer os cuidados que devem ter no ambiente escolar.

Metodologia

- Roda de conversa;
- Visita a outros patrimônios públicos existentes na cidade de Unaí;
- Confecção de cartazes educativos;
- Concurso de desenhos;
- Excursão a uma praça próxima à escola para observar sua conservação;
- Visita às dependências da escola para observar o que está depredado;
- Dramatização;
- Vídeo;
- Música.

Recursos Didáticos

TV, CD, DVD, revista, jornal, pincel, tinta, lápis diversos, papéis diversos.

Eixos temáticos

Português, Matemática, Artes Visuais, Natureza e Sociedade

Temas transversais

Ética e meio ambiente

Conceitos fiscais

- Orçamento público
- Despesa
- Cupom fiscal

Vídeo

- Nossa cidade, nosso lar

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fonte de pesquisa

Filme: Que nem gente grande

Cd: Semente do amanhã (Gonzaquinha)

Culminância

Teatro pelos alunos e entrega do prêmio do concurso

Avaliação

Simultaneamente, serão observadas mudanças de atitudes e comportamentos significativos, ou seja, demonstrações de conscientização com relação aos temas.

**REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA
EDUCAÇÃO FISCAL PARA O
ENSINO FUNDAMENTAL**

Projeto: Consumidor Consciente

Alunos Atendidos: Ensino Fundamental (anos iniciais)

Situação problema:

Realmente precisamos de tudo o que compramos?

Objetivo Geral:

- Proporcionar às crianças e às famílias momentos de reflexão sobre os valores essenciais à vida humana buscando discernir entre o necessário e o que é supérfluo na hora das compras.

Objetivos Específicos:

- Adquirir o conceito de orçamento;
- Possibilitar um olhar crítico sobre os diferentes produtos e serviços; ofertados no mercado de consumo;
- Identificar o imposto pago em cada produto consumido;
- Identificar e relacionar as necessidades básicas do ser humano;
- Estabelecer a diferença entre consumir e consumismo;
- Identificar direitos e deveres do consumidor.

Metodologia:

- Debate sobre orçamento familiar envolvendo toda comunidade escolar.
- Palestras sobre o tema envolvendo todos (família, escola, comunidade).
- Elaborar lista diagnóstica sobre as necessidades essenciais e produtos básicos consumidos pelas famílias.
- Elaboração de gráficos demonstrativos das pesquisas realizadas.
- Análise de diferentes portadores de gêneros textuais (contas de água, contas de luz, notas fiscais, etc.).
- Visita ao comércio local para tomada de preços de produtos da cesta básica.
- Dramatizações relacionadas ao tema.
- Análise do Código do Consumidor.
- Elaboração de texto (produção de texto) coletivo referente aos gastos que efetuamos.
- Exibição de filmes e documentários sobre Educação Fiscal.
- Elaboração de um manual “Consumidor Consciente”.

Recursos

- TV, vídeos, filmes educativos.
- Notas fiscais, cupons fiscais.
- Contas de água, luz, telefone, IPTU.
- Livros, revistas e jornais.
- Cartolinas variadas.
- Pincéis variados.

Componentes curriculares

Português

- Leitura e escrita.
- Interpretação de textos.
- Gêneros textuais e intertextualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Matemática

- Ideia de número/quantidade.
- Sistema monetário.
- Análise gráfica.

História/Geografia

- Tipos de comércio.
- Renda e orçamento familiar.
- Necessidades básicas do indivíduo.

Ciências

- Alimentação saudável.
- Saúde.

Artes

- Dramatizações.
- Músicas.
- Visuais.

Temas transversais

- Ética e Cidadania.
- Meio Ambiente.
- Trabalho e Consumo.

Conceitos de Educação Fiscal

- Orçamento familiar.
- Trabalho e emprego.
- Documento fiscal.

Avaliação

A avaliação será processual e formativa e será processada mediante observações na escola, para saber se o aluno percebe, em situações cotidianas, o que é supérfluo e o que é necessário demonstrando atitudes éticas significativas.

Sugestões

- Livros:
Código de Defesa do Consumidor
Lei “Robin Hood” (Lei Estadual 12.040/95)
Constituição Federal
Estatuto da Criança e do Adolescente
- Filmes:
Formiguinha Z
Robin Hood
Vida de inseto
As patricinhas de Beverly Hills
- Sites:
<http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/>

Projeto Lixo: uma questão de educação.

Alunos atendidos: Ensino Fundamental (anos iniciais)

Situação problema:

Quem é o responsável pelo lixo que eu produzo?

Objetivo Geral:

- Adquirir práticas que possam ser adotadas em casa, na escola e na sociedade para combater os malefícios para a saúde e para o meio ambiente, decorrentes da falta de tratamento adequado ao lixo.

Objetivos Específicos:

- Refletir e buscar soluções de como amenizar a questão da poluição e degradação do meio ambiente;
- Conhecer aspectos da tributação relativos ao tema;
- Analisar os gastos públicos com coleta e tratamento de lixo (matéria orgânica, papel, etc.);
- Conscientizar-se quanto à necessidade de redução do uso de matérias primas e do desperdício nas fontes geradoras;
- Identificar-se como produtor de lixo e se responsabilizar por ele.

Metodologia:

- Pesquisa sobre o tipo de lixo produzido em casa, na escola, etc.
- Visita ao lixão (aterro sanitário).
- Discussão sobre o destino do nosso lixo (real X ideal).
- Mural comparativo: De onde vem o lixo produzido? Para onde vai o lixo produzido?
- Palestras e entrevistas em parcerias com: Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria do Meio Ambiente, AREÚNA, AAMA, outros.
- Análise crítica de letras de músicas sobre o tema.
- Filmes e documentários sobre o tema.
- Elaborar listas sobre o que desperdiçamos quando não adotamos a coleta seletiva.
- Confecção de cartilhas envolvendo os conceitos de taxas e impostos sobre o lixo e a reciclagem.
- Pesquisa sobre o trabalho da Associação Unaiense de Reciclagem do lixo (AREUNA).
- Visita à AREUNA.
- Conhecer a legislação pertinente aos tributos pagos pelo lixo.
- Passeio ao SLU (Serviço de Limpeza Urbana).
- Entrevistas com catador de lixo, gari, etc.
- Confecção de brinquedos e objetos reciclados.
- Teatro.
- Mural informativo.
- Passeio pelas ruas do bairro recolhendo lixo e aprendendo a utilizar as lixeiras seletivas existentes na escola.
- Campanhas e passeatas educativas.
- Concurso de slogan da campanha sobre o lixo.
- Exposição dos trabalhos confeccionados.

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Recursos:

- Papéis e pincéis variados.
- TV e DVDS.
- Material de sucata variados.
- Cola e tesoura.
- Ônibus.

Componentes curriculares:

Português

- Linguagem oral e escrita, gêneros textuais e nomenclaturas.
- Interpretação de textos, oralidade, análise textual, intertextualidade.
- Paródias.

Matemática

- Gráficos.
- Coleta e interpretação de dados.
- Estatística.
- Raciocínio, elaboração e solução de problemas.
- Sistema monetário (gastos com lixo).

História/Geografia

- Relações sociais (natureza/sociedade).
- Produção, lixo e reciclagem.

Ciências

- Preservação do meio ambiente.
- Coleta seletiva do lixo.
- Reciclagem e reaproveitamento do lixo.

Ensino Religioso

- Respeito e valorização do meio ambiente.
- Artes
- Teatro.
- Oficinas de artesanato.
- Desenho livre.

Temas transversais:

- Educação Ambiental.
- Ética e Cidadania.
- Consumo Consciente.

Conceitos de Educação Fiscal:

- Recursos públicos/Fontes de Receitas.
- Taxa, IPTU.
- Gastos públicos.
- Contribuintes/ entes tributantes.

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Avaliação:

A avaliação será processual, diagnóstica e formativa. Serão usados instrumentos formais e comportamentais com relação à conscientização efetiva sobre o tema em questão.

Sugestões:

- Livros:
 - Lei Orgânica do município
 - Código de Defesa do Consumidor
 - Pedagogia da Terra – Moacir Gadotti
 - Lixo e reciclagem – James, Bárbara
 - Jacarés, quem diria? Nas águas do Tietê – Celso Antunes
 - Histórias em quadrinho do Cascão

- Filmes:
 - Ilha das flores

Projeto Patrimônio Público Patrimônio de Todos

Alunos atendidos: Ensino Fundamental (anos iniciais)

Situação problema:

A Escola que temos é a Escola dos nossos sonhos?

Objetivos Gerais:

- Transformar os alunos multiplicadores da consciência de que somos responsáveis na conservação dos bens públicos, começando pela escola que é o espaço utilizado por eles próprios;
- Valorizar o espaço escolar e a necessidade de sua conservação.

Objetivos Específicos:

- Conhecer os cuidados necessários para a utilização e preservação do patrimônio escolar;
- Adquirir hábitos e atitudes coletivas, vivenciando princípios éticos e políticos;
- Contribuir para o bom uso do patrimônio escolar, garantindo direitos e deveres;
- Adquirir o conceito de patrimônio público e sua importância;
- Compreender o conceito de tributos e reconhecer que os tributos pagos pelos pais são empregados no patrimônio público.

Metodologia:

- Roda de conversa sobre o tema.
- Palestras sobre o tema envolvendo toda comunidade escolar.
- Excursões e passeios pela cidade de Unaí, visitando os principais órgãos públicos.
- Confecção de cartazes informativos e educativos.
- Dramatizações envolvendo o tema.
- Produções de textos: paródias, acrósticos, poesias.
- Passeata com cartazes informativos pelos bairros da Escola.
- Estudo de textos informativos: Tributos e Patrimônio.
- Observar o que está depredado na Escola e a caminho da Escola (percurso Casa/Escola).
- Questionamentos sobre o que podemos fazer para mudar a realidade que vemos.
- Mural comparativo: a Escola de ontem e de hoje, e a cidade de ontem e de hoje.
- Construção de gráficos entre necessidades da escola, recursos, gastos, etc.
- Diferenciar bem público de privado através de murais.
- Construção de maquetes.

Recursos:

- Televisão.
- Vídeo.
- Fitas.
- DVD's.
- Papéis variados.
- Revistas.
- Pincéis e tintas variados.
- Auditório.
- Transporte.

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Componentes Curriculares:

Português

- Linguagem oral e escrita.
- Textos informativos sobre a história de Unaí.
- Textos informativos sobre Tributo e Patrimônio.
- Produção de textos: poesias, paródias, acrósticos.
- Desenvolver o hábito de ouvir e manifestar sentimentos, ideias e opiniões.

Matemática

- Geometria.
- Noções de sistema monetário.
- Reconhecimento de números no contexto diário.
- Construção e análise de gráfico.
- Interpretação e representação de posição e de movimento espacial.

Artes

- Música e movimento.
- Dramatizações, teatro.
- Desenho livre.
- Pinturas, colagens.
- Construção de maquetes.

História/Natureza e Sociedade

- História de Unaí.
- Direitos e deveres do cidadão.
- Linha do tempo.

Temas Transversais:

- Ética e Cidadania.
- Meio Ambiente.

Conceitos de Educação Fiscal:

- Bens públicos.
- Arrecadação de Tributos.
- Gastos públicos.
- Repartição Tributária.

Avaliação:

A avaliação acontecerá durante todo o desenvolver do projeto, observando a construção de valores éticos e mudanças de atitudes com relação ao bom uso e preservação do patrimônio escolar, ciente de que é adquirido com recursos advindos de todos, principalmente dos pais.

Sugestões:

- Livros:
A cigarra e a formiga (fábula)
Constituição Federal
- Filmes:
Ilha das flores
Ao mestre com carinho
O segredo das águas (Waterworld)

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

- Músicas:
Depende de nós (Ivan Lins)
Semente do Amanhã (Gonzaguinha)
Que país é este (Legião Urbana)
Pacato cidadão (Skank)
- Sites:
www.leaozinho.receita.fazenda.gov.br
www.educacaofiscal.gov.br
www.ouvidoria.fazenda.gov.br

**REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA
EDUCAÇÃO FISCAL PARA A
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Mensageiro dos Ventos

Os ventos da razão às vezes fazem som
Em velocidade, deslocando construções
Encher pulmões desse ar escasso, carece aproveitar
Já passa da hora, façam com as próprias mãos

O mundo quer um mundo nas luzes da cidade
E nas luzes das cabeças que procuram liberdade
Que procuram ventos raros da razão
Os ventos da prisão às vezes têm seu fim
Em muitas cidades, deslocando multidões
Limpar pulmões desse ar inútil é sempre um bom
conselho

Qualquer minuto é hora, pisem com os próprios pés
O mundo quer um mundo nas luzes da cidade
E nas luzes das cabeças que procuram liberdade
Que procuram ventos raros da razão
Os ventos da palavra às vezes se articulam
Na boca de gente que a gente nunca viu
Ouvir a voz dessas pessoas, dizer nossa questão
É mais que fazer vento, é fazer um furacão
O mundo quer um mundo nas luzes da cidade
E nas luzes das cabeças que procuram liberdade
Que procuram ventos raros da dicção.

Paulinho Belúcio

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Projeto: Imaginando e Criando

Introdução

O presente projeto propõe uma conscientização e uma reflexão dos alunos sobre trabalhar a auto defensoria e os conteúdos acadêmicos (português, matemática, história, geografia, ciências e artes).

Nesse sentido, a Educação Fiscal pode ser entendida como uma nova prática educacional que tem como objetivo o desenvolvimento de valores e atitudes, competências e habilidades necessárias ao exercício de direitos e deveres na relação recíproca entre o cidadão e a comunidade na qual está inserido.

Problematização

Todos sabem que existe a desigualdade, e isso acontece em todos os lugares e quando se trabalha com deficiente intelectual, também, e o preconceito é vedado como nas demais classes excluídas da sociedade. A deficiência intelectual se caracteriza, segundo a concepção de deficiência mental, como fenômeno caracterizado por incompetência generalizada e limitações no funcionamento individual vem sendo há muito notificada por estudiosos do assunto, evidenciando-se ainda em nossos dias.

Fundamenta-se no julgamento clínico e na literatura especializada, como indicam os atuais sistemas categoriais de doenças e transtornos mentais, como a *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento – CID-10*, publicação da Organização Mundial de Saúde - OMS e o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV*, publicação da Associação Psiquiátrica Americana-APA.

Deficiência é caracterizada por “limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, como expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos de idade.” (LUCKASSON E COLS., 2002, p.8)

Neste contexto, percebeu-se a necessidade de trabalhar uma oficina terapêutica para o desenvolvimento das habilidades, nas áreas social, afetivas e cognitivas, tais como auto estima, coordenação viso-motor, coordenação motora fina, atenção, concentração, raciocínio lógico, planejamento, pensamento abstrato, trabalho em grupo (socialização)

Diante dessa posição torna – se necessário que a escola abra espaço para as discussões e para a preparação dos educandos na conscientização da sociedade sobre a estrutura da administração pública; a função socioeconômica dos tributos; a aplicação dos recursos públicos; as estratégias e os meios para o exercício da democracia e cidadania. Tornando-se um problema o questionamento deles “Vou comprar material para minha oficina de mensageiro do vento. E agora, de onde vem e para onde vai o dinheiro?”



Confecção do mensageiros dos ventos

Objetivo Geral

Proporcionar melhores condições do resgate dos valores da cidadania plena, respeitando ao outro e a si próprio.

Objetivos específicos

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- Oportunizar o esclarecimento fiscal tributário;
- Trabalhar a aceitação da sociedade com relação ao deficiente intelectual;
- Demonstrar com atitudes concretas a capacidade do deficiente intelectual;
- Analisar os rendimentos da oficina de mensageiro do vento;
- Oportunizar a execução da cidadania (ir e vir);
- Instruir na utilização adequada dos meios de trânsito;
- Esclarecer os impostos embutidos em cada mercadoria;
- Propiciar noção de lucro;
- Induzir senso crítico;
- Compreender o percentual de tributos inseridos no preço final do produto.

Ações

- Comentário sobre as diferenças de preços e porquê, enfatizando a importância da pesquisa de preços;
- Conversa informal com os alunos sobre o desperdício de material;
- Identificar e comparar os preços de um mesmo produto em diferentes estabelecimentos comerciais;
- Conhecer e saber identificar a composição do preço (custo, imposto e lucro) de cada um dos produtos;
- Analisar a receita da oficina de mensageiro do vento;
- Trazer profissionais especializados em impostos para um bate-papo com os alunos;
- Confecção de murais e montagens de mini-mercados;
- Falar com os alunos sobre os tributos ressaltando:
 - A função social do tributo;
 - Onde devem ser aplicados os impostos que pagamos;
 - A importância do imposto para comunidade;
 - O que é nota fiscal;
 - O que é sonegação;
- Relato de experiências referente às compras realizadas;
- Pesquisa dos alunos e comparação com os ambientes de;
- Montar tabelas nutricionais a partir dos alimentos da região;
- Fazer levantamento das necessidades alimentares nas diferentes faixas etárias: infância, adolescência, idade adulta e divulgar no mural da escola;
- Representar a alimentação consumida pela turma (num dia, numa semana) através de gráficos;
- Analisar com os alunos em aula-passeio os rótulos dos produtos industrializados e caseiros: (data de fabricação e validade, origem, conservação e preço, etc);
- Pesquisas em cupons fiscais das alíquotas incidentes sobre os alimentos.

Conteúdos disciplinares:

Matemática:

- Comunicação de quantidades, utilizando a linguagem oral, anotação numérica ou registros não convencionais;
- Descrição e representação de pequenos percursos e trajetos, observando pontos de referência;
- Reconhecimento de números no contexto diário;
- Análise, interpretação, resolução, formulação de situações-problema, compreendendo alguns dos significados das operações, em especial, da adição e da subtração;
- Noções de medidas;

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- Sistema monetário;
- Noção espacial e temporal.



Compra de pincéis e tinta



Compra de parafuso de rosca

Português:

- Relato de experiências vividas e narração de fatos em sequência;
- Observação e manuseio de materiais impressos, como livros, revistas, histórias, folhetos, notas fiscais;
- Manifestação de experiências, sentimentos, ideias e opiniões de forma clara e ordenada;
- Linguagem oral;
- Intertextualidade.
- Leitura Incidental.

Artes:

- Valorização de suas próprias produções artísticas;
- Organização e registro de informações por meio de desenhos, quadros sob orientação do professor;
- Exploração das artes visuais no fazer dos alunos: desenho, pintura, colagem, modelagem, etc;
- Desenvolvimento de atitudes de autoconfiança nas tomadas de decisões em relação às produções pessoais;
- Desenvolvimento de expressões artísticas: dança, música, teatro.
- Expressões de sensações de ritmos corporais por meio de gestos, posturas e da linguagem oral.

Ciências:

- Valorização de atitudes de manutenção e preservação dos espaços coletivos e do meio ambiente;
- Busca e coleta de informações por meio de observação direta e indireta;
- Estabelecimento de relações entre a falta de higiene pessoal e ambiental e aquisição de doenças;
- Locomoção;
- Obedecer a sinais de trânsito;

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA



Travessia na faixa de pedestre



Andando pela calçada

História e Geografia:

- Levantamento de diferenças e semelhanças entre as pessoas e os grupos sociais que convivem na coletividade, nos aspectos sociais, econômicos e culturais;
- Compreensão das funções que o transporte assume nas relações entre as cidades e o campo;
- Localização espacial;
- Alterações nos modos de produção e tributos;
- Conhecimento e uso adequado de locais públicos (bancos, lojas, prefeitura, etc.);
- Interferência do homem sobre o meio.

Autodefensoria:

- Autonomia;
- Iniciativa;
- Poder de decisão;
- Socialização;
- Inclusão social;
- Responsabilidade;
- Limites e regras.

AVALIAÇÃO:

A avaliação desse projeto ocorrerá através da observação diária do desenvolvimento dos alunos e a verificação da transformação dos hábitos de compra, bem como a conscientização crítico-social dos alunos para que estes possam, aos poucos, atuarem na transformação pessoal e da comunidade onde vivem.



Os mensageiros dos ventos

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

RECURSOS AUXILIARES

- Filmes:
- Ilha das Flores
- A Fuga das Galinhas
- Tayná, uma aventura na Amazônia.
- Procurando Nemo.
- Música:

Mensageiro Dos Ventos- Fábrica da Arte

- Comida – Titãs

Sugestões

- www.esaf.fazenda.gov.br
- www.educacaofiscal.gov.br
- www.fazenda.mg.gov.br
- <http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/>

Escola de Ensino Especial João da Neca – APAE de Unai

Colaboradores:

Ada C. Costa

Delma Gonçalves da Silva

Edivane Mendes Teixeira

Marli Rodrigues Xavier B. Araújo

Maria Inês Caldeira Torres

Maria José Bianchine Figueiredo

Maria José Machado Guimarães

Maria José Pereira Rodrigues

Maria Sueli da Silva

Onice de Matos Venâncio

Referências

CARVALHO, Erenice Natália Soares de; MACIEL, Diva Maria Moraes de Albuquerque. Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation- AAMR: sistema 2002[. **Temas em Psicologia**, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.sbponline.org.br/revista2/vol11n2/art07_t.htm>. Acesso em: 10 set. 2010.

Projeto: Alimentação e saúde, gerando solidariedade



Exposição de Alimentos



Solidariedade: Distribuição de cesta básica

Introdução

O presente projeto propõe uma conscientização e uma reflexão dos alunos sobre seus hábitos alimentares, a quantidade de alimentos ingeridos, o valor nutritivo dos alimentos e uma alimentação saudável de baixo custo. Propor atividades e ou ações para um melhor entendimento dos alunos quanto à necessidade de uma boa alimentação para a saúde.

Nesse sentido, a Educação Fiscal pode ser entendida como uma nova prática educacional que tem como objetivo o desenvolvimento de valores e atitudes, competências e habilidades necessárias ao exercício de direitos e deveres na relação recíproca entre o cidadão e a comunidade na qual está inserido.

Problematização

Todos sabem que existe a desigualdade, mas fala-se dela como se estivesse distante nas grandes cidades, favelas, etc. Não nos damos conta de que a miséria, a fome, está muito perto de nós, na nossa cidade, onde as oportunidades de emprego são raras e muitos dependem apenas da ajuda dos órgãos assistenciais e igreja para sobreviverem.

E, não apenas a necessidade financeira que causa esta desigualdade social, mas também a falta de cultura que leva essas pessoas a viver em condições deploráveis de higiene e saúde, o que prejudica seu próprio desenvolvimento.

Diante dessa posição, torna-se necessário que a escola abra espaço para as discussões e a preparação dos educandos na conscientização da sociedade sobre a estrutura da administração pública; a função socioeconômica dos tributos; a aplicação dos recursos públicos; as estratégias e os meios para o exercício da democracia.

Objetivo Geral

Despertar a consciência crítico-social dos alunos, visando posicionamentos de fraternidade e resgate da dignidade humana, possibilitando uma ação solidária dos mesmos junto às comunidades carentes mais próximas, para que eles possam perceber que não há recompensa

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

maior do que compartilhar a alegria mesmo que por alguns instantes com pessoas que sofrem com a desigualdade social, muitas vezes até sentindo fome. Os hábitos alimentares serão enriquecidos através da utilização da alimentação alternativa e nutritiva e de uma conscientização aos alunos que devemos ter uma boa alimentação em qualidade e não em quantidade. Institucionalizando assim a Educação Fiscal, de forma motivadora para o pleno exercício da cidadania.

Objetivos específicos

- Desenvolver o senso crítico, o interesse pelos alimentos, independência, responsabilidade e atitudes pertinentes para o trabalho em grupo, observando a realidade e sua atuação para uma transformação pessoal e social, resgatando a autoestima e cidadania;
- Proporcionar oportunidades de integração às famílias carentes, para que possam ter conhecimento da desigualdade social de sua cidade;
- Mostrar aos alunos que ser solidário é contribuir para o crescimento das pessoas ao invés de dar-lhes esmolas;
- Conscientizar os alunos da importância de conhecer e utilizar a alimentação alternativa, instigar hábitos alimentares mais saudáveis e que é possível alimentar com qualidade gastando pouco;
- Perceber a importância das campanhas contra a fome, conhecer a biografia de pessoas que contribuíram para o sucesso das mesmas e sensibilizar os alunos para função socioeconômica do tributo;
- Conscientizar sobre o desperdício e conservação dos alimentos.

Metodologia

A metodologia terá um caráter colaborativo e interdisciplinar, buscando aproximar ao máximo as áreas de estudo: português, matemática, geo/história, ciências, artes, informática e educação física e educação fiscal.

Para realização dos trabalhos sugere a divisão das salas por grupos temáticos para viabilizar a realização das atividades propostas nesse projeto.

Os temas sugeridos serão abordados através de filmes, debates, pesquisas, palestras, visitas, gincanas, caderno de receita, construção de frascos simbolizando remédio, contendo no interior alimentos alternativos. A bula deverá conter os benefícios daquele alimento para a saúde e as doenças que podem ser prevenidas e ou curadas etc.

A culminância dar-se-á com exposição dos trabalhos realizados durante o projeto, palestras e concurso de pratos com a culinária alternativa. Cada grupo escolherá um(a) aluno(a), para explicar o valor nutritivo da receita com a culinária alternativa que vão preparar.

Ações

- Estudo através de debates sobre o tema, gesto concreto, comentário sobre as visitas, produção de reportagens, registros fotográficos, pesquisas, receitas, exposição dos trabalhos, montagem de mural a fim de chamar a atenção da comunidade escolar sobre o problema da fome;
- Montar tabelas nutricionais a partir dos alimentos da região;
- Fazer levantamento e divulgar no mural da escola as necessidades alimentares nas diferentes faixas etárias: infância, adolescência, idade adulta;

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- Representar a alimentação consumida pela turma (num dia, numa semana) através de gráficos;
- Promover palestras com representantes de entidades ligadas ao ramo da alimentação;
- Realizar oficinas, na cozinha experimental, envolvendo o reaproveitamento dos alimentos;
- Elaborar com os alunos receitas nutritivas;
- Realizar com os alunos concurso, premiando a melhor receita com alimentos reaproveitados;



Preparação de Receita alternativa

- Promover gincana para arrecadação de alimentos;
- Elaborar cardápios balanceados com base nos estudos realizados para servir aos alunos no refeitório;
- Promover concurso do prato mais criativo de alimentos alternativos;
- Criação do livro de receita no laboratório de informática;

Analisar com os alunos em aula passeio os rótulos dos produtos industrializados e caseiros: (data de fabricação e validade, origem, conservação e preço, etc).



Premiação: Dia de Lazer.

Avaliação

A avaliação desse projeto dar-se-á através da observação diária do desenvolvimento dos alunos e a verificação da transformação dos hábitos alimentares e a conscientização crítico- social dos alunos para que estes possam, aos poucos, atuarem na transformação pessoal e da comunidade onde vivem.

Recursos Auxiliares

- Filme:
- Ilha das Flores
- Música:
- Comida – Titãs



Palestra: pela Emater

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sites:

- www.esaf.fazenda.gov.br
- www.educacaofiscal.gov.br
- www.fazenda.mg.gov.br
- <http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/>

Escola de Ensino Especial João da Neca – APAE de Unaí

Colaboradores:

Ada C. Costa
Delma Gonçalves da Silva
Edivane Mendes Teixeira
Marli Rodrigues Xavier B. Araújo
Maria Inês Caldeira Torres
Maria José Bianchine Figueiredo
Maria José Machado Guimarães
Maria José Pereira Rodrigues
Maria Sueli da Silva
Onice de Matos Venâncio

O Bicho

Manuel Bandeira



Vi ontem um bicho
Na imundice do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa;
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.

Projeto Educação Fiscal

Problemática:

Vou comprar material para minha oficina de mensageiro do vento.

E agora, de onde vem e para onde vai o dinheiro?

Objetivos:

- Oportunizar o esclarecimento fiscal tributário;
- Trabalhar a aceitação da sociedade com relação ao deficiente intelectual;
- Demonstrar com atitudes concretas a capacidade do deficiente intelectual;
- Analisar os rendimentos da oficina de mensageiro do vento;
- Oportunizar a execução da cidadania (ir e vir);
- Instruir na utilização adequada dos meios de trânsito;
- Esclarecer os impostos embutidos em cada mercadoria;
- Propiciar noção de lucro;
- Induzir senso crítico.

Ações /estratégias

1. Identificar e comparar os preços de um mesmo produto em diferentes estabelecimentos comerciais;
2. Conhecer e saber identificar a composição do preço (custo, imposto e lucro) de cada um dos produtos;
3. Analisar a receita da oficina de mensageiro do vento;
4. Trazer uns profissionais especializados em impostos para um bate-papo com os alunos;
5. Confecção de murais e montagens de mini-mercados;
6. Falar com os alunos sobre os tributos ressaltando:
 - A função social do tributo;
 - Onde devem ser aplicados os impostos que pagamos;
 - A importância do imposto para comunidade;
 - O que é nota fiscal;
 - O que é sonegação;
7. Relato de experiências referente às compras realizadas;

Recursos auxiliares

- Meios de transporte (Kombi e ônibus coletivo);
- Filme
- Música
- Profissionais de economia, administração.
- Visita de campo.
- Calculadora.

Conceitos disciplinares

Matemática

- Conceito de quantidade;
- Cores, tamanho e formas;
- Sistema monetário;

Português

História/Geografia

Ciências

Projeto: Educação Ambiental “Conhecer para Preservar”

“Quando o homem aprender a respeitar até o menor ser Da criação, seja animal ou vegetal, ninguém precisará Ensiná-lo a amar seu semelhante.”

INTRODUÇÃO:

A Educação no transito é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem pretendido. O transito adequado depende do esforço de todos nós. Por isso vamos mostrar a todos o nosso respeito a todas as formas de vida, o nosso desejo de preservá-las pois isso garante a nossa segurança.

A principal função desse projeto é contribuir para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes, visto que a escola é um espaço educacional/social e o que nela se aprende, se faz e se valoriza representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova.

PROBLEMATIZAÇÃO:

Diante da realidade percebida na escola como: desperdício de papel, lixo jogado no chão, torneiras abertas sem necessidade, luzes acesas e ventilador ligado em salas vazias, nessa perspectiva a escola elaborou o projeto “Educação Ambiental: Conhecer para Preservar.” despertando nos educandos uma nova consciência quanto à preservação do meio ambiente, como também mudar hábitos e atitudes junto às suas famílias e comunidade, através de pequenos atos, que darão início a grandes transformações.

OBJETIVO GERAL:

Informar e sensibilizar os educandos sobre os conceitos básicos da conservação e ou preservação do meio ambiente de forma interdisciplinar e vivenciada, onde a natureza possa ser compreendida como um todo, e o ser humano como parte integrante e agente de transformação, da sociedade em que vive.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Incentivar e promover o trabalho coletivo e a cooperação entre alunos, família, professores, escola e comunidade.
- Orientar quanto ao consumo da água com responsabilidade e como é feito o tratamento da mesma.
- Incentivar a coleta seletiva de lixo e os inúmeros benefícios da reciclagem para a sociedade.
- Conscientizar sobre a importância do meio ambiente, e de como estamos inseridos nesse meio.
- Ensinar e incentivar a fazer o adubo orgânico.
- Proporcionar o contato e uso de recursos tecnológicos como aliados ao processo de preservação e aprendizado, e também ao processo de preservação do meio ambiente.

METODOLOGIA:

Considerando a importância da temática Educação Ambiental e visão integrada do mundo, a escola deverá oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e suas conseqüências para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente.

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A metodologia terá um caráter colaborativo e interdisciplinar, buscando explorar ao máximo as disciplinas: matemática, português, geo/história, ciências, artes informática, educação física e em parceria com a equipe de saúde. O projeto terá início com explicação de como serão realizadas as atividades aos alunos, palestra, apresentação de teatro e serão convidados os pais, a comunidade escolar, diretoria mantenedora, secretário do meio ambiente e polícia militar florestal.

Para a realização dos trabalhos dividiu – se as 9 salas de aula em 03 grupos para viabilizar as discussões, implementação e realização das atividades propostas. O projeto poderá ser dividido em temas distintos:

Grupo 01: Usando a água e energia elétrica com responsabilidade.

Grupo 02: Coleta seletiva e reciclagem do lixo na escola

Grupo 03: Preservando a fauna e a flora.

AÇÕES

- Promover palestras com representantes de entidades ligadas à preservação do meio ambiente;
- Promover oficinas de reciclagem de lixo “Transforme seu Lixo em Luxo”
- Músicas;
- Trilha ecológica;
- Parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, IEF, AMA e Polícia Militar do Meio Ambiente;
- Visitas ao aterro sanitário (lixão);
- Visita ao SAAE;
- Visita a lagoa de decantação
- Apresentação de teatros;
- Documentários e filmes;
- Visita a cachoeira do Rio Preto;
- Produção de textos, utilizando reportagens de jornais e revistas;
- Debate entre grupos;
- Mutirão de limpeza em parceria com a prefeitura;
- Visita á usina de queimados;
- Plantio de árvores;
- Visita ao zoológico- Brasília;
- Visita ao centro de zoonozes;
- Oficina “Brincar e Aprender”;
- Confecção de livro ilustrado pelos educandos;



Trilha Ecológica



Palestra



Visita a Lagoa de Decantação

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A culminância do projeto Educação Ambiental: Conhecer para Preservar dar-se-á, com exposição de trabalhos confeccionados pelos educandos durante o projeto, apresentação de teatro, coreografia de dança e palestra sobre o tema.

AVALIAÇÃO:

A avaliação acontecerá ao longo do desenvolvimento do projeto através da observação do desempenho e interesse dos educandos no desenvolvimento das tarefas propostas, podendo ter alguma alteração.

Se o lugar em que vivemos não é o melhor do mundo, podemos e devemos transformá-lo. Exercer a cidadania significa participar de lutas e campanhas por qualidade ambiental. Esse exercício praticado diariamente nos torna cidadãos mais responsáveis com o meio ambiente.

Na escola temos a oportunidade de descobrir novas habilidades, trabalhar em grupo, nos comunicar. Aprendendo também a importância de valores como solidariedade, companheirismo e respeito, que serão importantes ao longo de nossas vidas.



Visita ao Zoológico Brasília-DF

RECURSOS AUXILIARES

Músicas:

Planeta água e planeta azul

Filme:

Vida selvagem e Ilha das flores

www.esaf.fazenda.gov.br

www.educacaofiscal.gov.br

www.fazenda.mg.gov.br

<http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/>

www.Report.com.br

www.Toddynho.com.br

REFÊRENCIAS

RADESPIEL, Maria. **Alfabetização sem Segredos: MEIO AMBIENTE**. Contagem-MG: IEMAR, 2004. 1 v.

_____. **Alfabetização sem Segredos: MEIO AMBIENTE**. Contagem-MG: IEMAR, 2004. 2 v.

_____. **Alfabetização sem Segredos: MEIO AMBIENTE**. Contagem-MG: IEMAR, 2004. 3 v.

_____. **Alfabetização sem Segredos: MEIO AMBIENTE**. Contagem-MG: IEMAR, 2004. 4 v.

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Escola de Ensino Especial João da Neca – APAE de Unai

Colaboradores:

Ada C. Costa
Delma Gonçalves da Silva
Edivane Mendes Teixeira
Marli Rodrigues Xavier B. Araújo
Maria Inês Caldeira Torres
Maria José Bianchine Figueiredo
Maria José Machado Guimarães
Maria José Pereira Rodrigues
Maria Sueli da Silva
Onice de Matos Venâncio

“A natureza trabalha em silêncio e não se defende, mas se vinga.”

Ass. Nacional dos inventores.

**REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA
EDUCAÇÃO FISCAL PARA A
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Projeto Valores

Projeto Valores em sociedade

Tema:

“Valores, base para a vivência em sociedade”

Público Alvo - Alunos da EJA

Justificativa:

Todo ser humano tem suas crenças e com base nelas seus pensamentos e sentimentos culminam em atitudes boas ou ruins. Assim, a educação tem função primordial na construção de uma sociedade humana e justa, em que os cidadãos atuem compromissados uns com os outros. Por este motivo, torna-se essencial refletir sobre o mundo atual e inserir no processo educacional temas sobre valores que possibilitem a formação integral dos alunos.

Objetivos:

- Propiciar desenvolvimento de boas atitudes indispensáveis à formação humana;
- Oportunizar momentos de reflexões sobre vivência em sociedade;
- Fortalecer a autonomia dos alunos enquanto cidadãos;
- Fortalecer o conhecimento e prática de conceitos como: respeito, justiça, solidariedade, direitos e deveres;
- Valorizar atitudes e comportamentos éticos e humanos no cotidiano da comunidade;
- Conhecer sobre ética e sua relação com a vida social e política.

Procedimentos:

- Propiciar momentos de leituras de: jornal, internet, artigos, livros;
- Propiciar momentos de debate sobre acontecimentos políticos, sociais, econômicos, culturais da própria comunidade e ou de acordo com a necessidade da turma;
- Selecionar músicas coerentes com o tema;
- Oportunizar pesquisa sobre o tema,
- Organizar murais sobre os valores abordados;
- Proporcionar produção de textos de acordo com os valores trabalhados;
- Pesquisar na Constituição Brasileira temática sobre Educação fiscal;

Recursos:

- Filme:
- A fuga das galinhas;
- A corrente do bem.

Leitura indicada:

- Constituição Brasileira,
- Lei Orgânica Municipal;
- Reportagens;
- Notas fiscais, conta de água e energia elétrica.

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Componentes Curriculares:

Português:

Leitura, interpretação, linguagem oral e escrita (produção de texto);

História:

Estudo da Constituição Brasileira e da Lei Orgânica do Município.

Geografia:

Noções de tempo e espaço.

Matemática:

Gráficos, tabelas, porcentagens, sistema monetário, cálculos.

Ciências:

Meio ambiente.

Temas transversais:

Ética, Meio ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural.

Conceitos de Educação fiscal:

Imposto, tributo, receita, nota fiscal, cupom fiscal, orçamento público e participativo.

Sugestão de atividades a serem desenvolvidas:

*Expor conceitos de valores como: cooperação, respeito, responsabilidade, bondade, honestidade, justiça, solidariedade, liberdade, paz a serem trabalhados por meio de pesquisas realizadas na escola e com a participação dos alunos.

Avaliação:

Será contínua, através da observação e registro da participação e interesse individual e coletivo.

Equipe EJA

**REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA
EDUCAÇÃO FISCAL PARA O
ENSINO MÉDIO**

Projeto: Cidadania e Política na Escola

Público Alvo:

Alunos do Ensino Médio e Cursos Profissionalizantes –
Secretariado e Administração da Escola Estadual Júlio Martins Ferreira - “CESEC” – Unaí – MG.

Justificativa:

Diante da necessidade de compreensão, por parte dos educandos, da responsabilidade que implica a escolha de nossos representantes políticos e das conseqüências de uma ação pouco reflexiva resultante dela, achamos por bem, aproveitar o momento político que neste momento vivemos, para refletir, discutir, orientar nossos alunos de modo a fazê-los ver a importância do entendimento analítico e crítico de todo o processo histórico – político – social que estamos vivenciando.

Objetivos:

- Entender a importância de um trabalho sério, baseado na comunicação, pesquisa, planejamento, organização, responsabilidade e honestidade que fazem a diferença no Trabalho em Equipe.
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana.
- Aplicar de maneira prática os conhecimentos adquiridos para mudar (e ou influenciar) idéias negativas que possam impedir o crescimento individual, do grupo ou coletivo.

Desenvolvimento:

1ª Parte:

Introdução à Ciência Política – (Estudo de Texto):

Política: Ou você decifra ou ela te devora!

1 – O que é política?

2 – Por que a palavra política quase sempre está associadas á idéias negativas?

3 – Como agir racionalmente na política?

4 – Quem é o analfabeto político?

2ª Parte:

Pesquisa Orientada: Por Equipes de no máximo 4 alunos.

Textos e sugestões bibliográficas foram disponibilizadas para os alunos no momento da pesquisa e estudos pelos professores, usando como recurso a Internet, livros e revistas disponíveis na escola, de professores e de alunos.

Toda a produção escrita pode ser enviada pelo professor coordenador de turma ou disciplina via e-mail ou CD facilitando assim correções e avaliações.

3ª Parte:

- Roda de debates – Professores e alunos, uma discussão crítica e analítica diante das pesquisas realizadas em forma de questionamentos feitos pelos professores e a opinião de cada um dos alunos.
- Peça Teatral:
Grupo 1: Homens e Mulheres na hora do Voto.

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA O ENSINO MÉDIO

Grupo 2: Quanto vale o meu voto?

Grupo 3 : Governo: Propostas e expectativas do Povo.

- Mural : Conceitos e definições que facilitam a compreensão dos direitos e deveres de cidadãos e políticos.
- Paródias : Usando a criatividade para expressar sentimentos e fazer pensar...

Avaliação:

Realizada através de todas as atividades propostas para este estudo feita pelo professor coordenador de turma.

Resultados esperados (e ou, alcançados):

O trabalho aconteceu de forma prazerosa. Todos os professores conseguiram interdisciplinar sua disciplina dentro do tema proposto sem prejuízo ao currículo. Os alunos foram efetivamente participativos, revelando habilidades escondidas... Com certeza, o nível de conscientização foi reforçado e acabou se o “Mito” de que política é assunto desagradável...

Bibliografias sugeridas e ou utilizadas:

- MAAR, Wolfgang Leo. O que é Política. Coleção Primeiros Passos. Ed, Brasiliense.
- MARTNEZ , Paulo. Política, Ciência, Violência e Trapaça. Coleção Polêmica Ed. Moderna.
- RIBEIRO, João Ubaldo. Política. Quem manda, por que manda, como manda. Ed. Nova Fronteira.
- SAES, Décio. Democracia. Série princípios. Ed. Ática
- SINGER< Paul. O capitalismo. Sua Revolução. Sua Lógica e sua Dinâmica. Coleção polêmica. Ed, Moderna.
- ALVES, Rubem. “ Os Gênios da garrafa”
- Revistas: Veja, Globo (várias – 2010).
- Internet.

Projeto Educação Fiscal um caminho para o resgate da cidadania.

Justificativa:

Este projeto foi pensado a partir da necessidade de se promover o conhecimento e importância social dos tributos como principal fonte de financiamento da máquina pública que deverá oferecer políticas sociais de saúde, educação, previdência e assistência social, segurança e aplicações em infraestrutura para todos os cidadãos.

Objetivo Geral:

Conhecer a função socioeconômica dos tributos, a forma de aplicação dos recursos públicos e as estratégias e meios para o exercício do controle democrático.

Objetivos específicos:

- Sensibilizar todos, alunos e funcionários da escola, sobre a importância social dos tributos;
- Diferenciar Impostos de Taxas;
- Identificar em alguns produtos o valor do ICMS recolhido;
- Relacionar os diversos impostos e a parcela dos mesmos destinada a cada ente federativo;
- Identificar fontes de informação sobre arrecadação e a utilização dos recursos recolhidos aos cofres públicos.

Público alvo:

Alunos e funcionários da Educação de Jovens e Adultos (Supletivo) e PEP EJA Profissionalizante presencial, cursos de Secretariado e Administração da Escola Estadual CESEC “Júlio Martins Ferreira”- 1º e 2º Grau – Unaí – MG.

Metodologia:

A metodologia utilizada neste trabalho foi uma pesquisa de campo que buscou informações quanto ao nível de conscientização da comunidade escolar, e à importância de se adquirir conhecimentos referentes à Educação Fiscal, uma vez que tal consciência é necessária para que a própria sociedade venha a atuar de maneira mais intensa e ativa nas decisões do Estado e Município quanto à aplicação de recursos .

Atividades a serem desenvolvidas:

- Palestra sobre: Tributos arrecadados no município, preços e impostos pagos sobre os produtos comercializados em supermercados, lojas, etc.
- Repasse de recursos, repartição de receitas tributárias, direitos e deveres.
- Debate sobre a importância da exigência da Nota ou Cupom Fiscal.
- Exposição do assunto.
- Oficinas – As Notas Fiscais e os Impostos.
Consumo x ICMS
- DVD - A Educação Fiscal e a interdisciplinaridade.

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA O ENSINO MÉDIO

Cronograma:

A seguir sugestão: cronograma com a previsão do desenvolvimento das fases do trabalho:

Data	Atividade	Público Envolvido
1ª semana	Definição do tema: Conceitos importantes	Comunidade Escolar
2ª semana	Levantamento de Informações e materiais; Pesquisa de campo, coleta de dados e material, Parcerias...	Professores e Alunos.
3ª semana	Exposição do assunto (execução do Projeto): Palestra, roda de debate, organização material pesquisado...	Convidado; Professores e Alunos.
4ª semana	Educação Fiscal e Interdisciplinaridade	Professores e equipe Pedagógica.
5ª semana	Oficina (Finalização do projeto)	Comunidade Escolar.

Resultados esperados:

Ao final do projeto, espera-se elevar o nível de conscientização da comunidade escolar, para que exija as Notas Fiscais; possam se interessar em pesquisar o volume dos recursos recolhidos e onde estão sendo gastos. Espera-se, também, que os alunos adquiram conhecimentos relativos à importância dos tributos e da ação de fiscalização e exigência da Nota Fiscal ou Cupom Fiscal, para que os níveis de sonegação fiscal se reduzam, e com isso sejam disponibilizados mais recursos para investimentos em melhorias sociais.

Culminância:

Organização da oficina e exposição dos trabalhos realizados pelos alunos.

Avaliação:

A avaliação acontecerá durante todo o tempo da realização das atividades propostas: participação nos debates, pesquisas realizadas e apresentação dos trabalhos...

Professores Coordenadores:

Profª.: Ângela Aparecida Resende Santos (Biologia)

Profª.: Maura Maria Pereira (Geografia)

Bibliografia:

- Educação Fiscal no Rio de Janeiro – “O cidadão fazendo a diferença”
www.educaçãofiscal.rj.gov.br
- CD – Educação Fiscal na Escola.
- Coleção Pedagógica do PNEF – 1, 2, 3, 4.

Projeto Patrimônio Público

Contextualização

A conservação do patrimônio é uma responsabilidade de todos, portanto, é imprescindível para a perpetuação da história de um povo. Porém, tem sido comum observar atos de vandalismo e depredações. Existe ainda uma ideia errônea de que o que é público não é de ninguém. Diante disso há necessidade de se trabalhar esse projeto, visando à conscientização de que tudo que é público, pertence a todos.

Objetivo geral

Valorizar os espaços de vivência e a necessidade de sua preservação.

Objetivos específicos

- Promover a análise da necessidade de conservação do patrimônio Público;
- Vivenciar princípios éticos, estéticos e políticos, adquirindo hábitos e atitudes coletivas;
- Conscientizar sobre o consumo racional de recursos naturais disponíveis como: água, energia e outros;
- Promover o conhecimento em torno da aplicação de recursos tributários.

Metodologia

- Roda de conversa
- Visita com os alunos a repartições públicas para fiscalizar como tem sido usadas as verbas (Câmara Municipal e Prefeitura Municipal)
- Concurso de redação
- Excursão à usina hidrelétrica e companhia de abastecimento de água
- Produção de pesquisas e debates sobre Notas fiscais e cupons fiscais
- Dramatização
- Vídeo
- Música

Recursos Didáticos

TV, CD, DVD, Revista, Jornal

Eixos temáticos

Português, Matemática, História, Filosofia, Biologia

Temas transversais

Ética e meio ambiente
Trabalho e Consumo
Pluralidade cultural

Conceitos fiscais

- Orçamento público
- Despesas públicas
- Cupom fiscal
- Sonegação Fiscal
- Contribuinte x consumidor
- Lei de Responsabilidade Fiscal

REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA O ENSINO MÉDIO

Músicas

- Pacato cidadão (Skank)
- Cidadão (Zé Geraldo)
- Onde está o dinheiro? (Gal Costa)
- Depende de nós (Ivan Lins)

Filmes e vídeos

- A história dos tributos – SEF/ES
- Mentos Perigosas – (Michelle Pfeiffer)

Livros

- Saber cuidar – Leonardo Boff

Culminância

Visitas in loco e entrega de prêmio do concurso

Avaliação

Serão observadas mudanças de atitudes e comportamentos, como demonstração de conscientização com relação aos temas.

GLOSSÁRIO
CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

A

Ação Civil Pública:

É um instrumento processual adequado para reprimir danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, protegendo assim os interesses difusos da sociedade.

Ação Popular:

É um meio constitucional posto à disposição de qualquer cidadão para obter a invalidade de atos ou contratos administrativos – ou a estes equiparados e lesivos ao patrimônio Federal, Estadual e Municipal, ou de suas autarquias, entidades paraestatais e pessoas jurídicas subvencionadas com dinheiro público.

Administração Pública:

Pode ser entendida como um conjunto de órgãos instituídos para atingir as metas e objetivos do governo ou como o conjunto das funções necessárias à realização dos serviços públicos.

Administração Tributária:

É a atividade da administração pública voltada ao gerenciamento da área tributária (tributação, fiscalização, e arrecadação), desenvolvida: pelas Secretarias de Fazenda ou Finanças nos Estados e Municípios e, no âmbito da União, pela Secretaria da Receita Federal e INSS.

Alíquota:

Percentual que é aplicado sobre a base de cálculo para se apurar o imposto a pagar.

Arrecadação Municipal:

É uma atividade privativa dos municípios, visando a entrada de recursos de origem tributária para os cofres municipais. O montante da arrecadação municipal compreende as receitas próprias e as decorrentes de transferências de União e dos Estados (repartição das receitas tributárias).

Arrecadação Tributária:

É a atividade estatal, privativa da União, Estados e Municípios, visando a entrada de recursos de origem tributária para os cofres públicos.

B

Base de Cálculo:

Valor sobre qual se aplica uma alíquota para se apurar o imposto a pagar.

Benefícios Fiscais:

São formas legais de redução ou supressão do tributo a pagar, podendo apresentar-se sob diversas espécies, dentre as quais destacam-se: isenção, redução da base de cálculo, diferimento, imunidade e incentivos.

Bens Públicos:

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

São as propriedades móveis e imóveis que integram o patrimônio público, como escolas, bibliotecas, hospitais públicos, pontes, rios, praças, ruas, móveis das repartições públicas, veículos oficiais e outros.

Bolsa Escola:

Valor previsto no orçamento público de algumas prefeituras, governos estaduais e governo federal destinado a famílias de baixa renda, com o objetivo de manter a criança ou adolescente na escola.

C

CADE:

Conselho de Defesa Econômica – Órgão de Ministério da Justiça responsável pela normatização das relações econômicas com vistas a assegurar a livre concorrência.

Capacidade Contributiva:

Critério estabelecido na Constituição Brasileira, que consiste em graduar os tributos de acordo com a riqueza de cada contribuinte, de modo que os ricos paguem mais e os pobres paguem menos.

Carga Tributária:

É a relação existente entre o total de tributos arrecadados no país (impostos, taxas e contribuições) e o Produto Interno Bruto.

CNPJ:

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Tipo: 00.000.000./0000-00

COFINS:

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – É cobrada pela União sobre o faturamento das empresas e se destina ao financiamento da Seguridade Social. (saúde, previdência e assistência social).

Contrabando:

Significa importar ou exportar mercadorias cuja importação ou exportação seja proibida pela legislação. Ex: drogas.

Contribuição Especial:

Vide Tributo.

Contribuição de Melhoria:

Vide Tributo.

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CCSIP:

Cobrada pelo município na conta de luz (antiga taxa de iluminação pública).

Contribuição Social:

Espécie tributária cuja arrecadação destina-se exclusivamente ao financiamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social). Existem várias subespécies: COFINS, CPMF, CSLL, PIS/PASEP, e outras.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

Contribuinte:

É a pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento do tributo. Pode ser:

- a- Contribuinte de fato: é aquele que sofre efetivamente o ônus do tributo, ou seja, o consumidor final.
- b- O contribuinte de direito: é aquele que tendo cobrado o imposto do consumidor final ao embuti-lo no preço da mercadoria ou serviço, tem a obrigação de repassá-lo ao ente tributante (União, Estados, Municípios).

Controle Interno:

É toda atividade desenvolvida dentro da administração pública que visa avaliar o cumprimento das metas previstas pela administração, comprovar a legalidade dos seus atos, avaliar resultados e sugerir procedimentos para melhor gestão das finanças públicas.

Controle Social:

É o controle exercido pela sociedade sobre a administração pública.

CPF:

Cadastro de Pessoa Física. Tipo: 000.000.000-00

CPMF:

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – É uma contribuição social, arrecadada pela União, criada inicialmente com a finalidade exclusiva de financiar os serviços públicos de saúde. Sua maior fonte de arrecadação são as movimentações em contas correntes bancárias. Atualmente, partes dos seus recursos não são mais destinados a área de saúde.

Crimes Contra a Ordem Tributária:

São condutas ilícitas praticadas por:

- a- contribuintes, que resultam em supressão ou redução no tributo mediante a prática de fraude, falsificação ou omissão de ordem tributária, pelo não fornecimento de documento fiscal quando obrigatória sua emissão, pela prestação de declaração falsa sobre rendas ou bens e outras;
- b- servidores públicos no caso de extravio de documento e processos, recebimento de vantagens indevidas, deixar de cobrar tributos, patrocinar interesse privado perante a administração pública e outros

CSLL:

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – É uma contribuição social, arrecadada pela União e cobrada sobre a mesma base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas.

Cupom Fiscal:

É um documento emitido por equipamento autorizado pelo fisco (Emissor de cupom Fiscal – ECF) que comprova a venda de mercadorias a varejo e a prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal de passageiros.

D

Descaminho:

Significa importar ou exportar mercadorias, cuja a importação seja permitida pela legislação, todavia sem que se faça o pagamento dos tributos devidos. Ex: cigarros, componentes de informática.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

Despesa Pública:

São os pagamentos efetuados pela administração pública, relativos aos serviços prestados e obras realizadas, em benefício da sociedade. Sua realização depende de prévia autorização no orçamento público.

Diferença de Alíquota:

É a diferença em valores absolutos da alíquota que incide sobre as mercadorias sujeitas a ICMS nas operações internas e interestaduais. Ex: cerâmica – vendas dentro do Estado alíquota – 18%, vendas fora do Estado – alíquota 12%. Diferença de alíquota = 6%.

Diferimento:

O regulamento de ICMS poderá dispor que o lançamento do imposto incide sobre a saída da determinada mercadoria ou serviço seja diferido (adiado) para uma das etapas posteriores de sua comercialização como forma de facilitar o controle pela administração tributária.

Direitos Relativos à Assistência Social:

São ações governamentais, como proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, reabilitação e habilitação de pessoas portadoras de deficiência e outras, prestadas a quem delas precisar.

Direitos Relativos à Previdência Social:

São benefícios como proteção ao desemprego involuntário, cobertura de eventos de doença, invalidez, morte, acidente de trabalho, ajuda à manutenção dos dependentes assegurados de baixa renda, aposentadoria e outros, sob a responsabilidade social do poder público.

Direitos Relativos à Saúde:

São ações e serviços de saúde obrigatórios por parte do Estado, visando à redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde.

Dívida Externa:

Montante dos débitos das três esferas de governo, mais os débitos da iniciativa privada para com residentes no exterior.

Dívida Interna:

Montante dos débitos das três esferas de governo para com residentes no país.

Dívida Pública:

Representa o valor das obrigações financeiras da União, Estados e Municípios em virtude de leis, contratos, convênios, tratados, ou ainda decorrentes de operações de crédito, devendo estar registrado na contabilidade do respectivo ente. É a soma da dívida interna pública com a dívida externa pública.

Documentos Fiscais:

São documentos autorizados pelo fisco e emitidos quando do fornecimento de mercadorias, bens ou prestação de serviço.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

E

Espécie: Nota Fiscal, Cupom Fiscal e Outros.

Dumping:

Prática comercial condenada pelas nações, que consiste na adoção de preços artificialmente baixos (sensivelmente inferiores aos praticados no mercado), promovendo a concorrência desleal com objetivos monopolistas.

EFC:

Emissor de Cupom Fiscal – substitui a máquina registradora.

Elisão Fiscal:

Consiste em evitar a obrigação tributária ou reduzir o montante do tributo, sem que tal fato implique em infringir a legislação tributária. Ver também evasão fiscal.

Empréstimo Compulsório:

Vide Tributo.

Entes Tributantes:

São pessoas jurídicas de direito público com poder de instituir tributos, a saber: União, Estados, Municípios.

Erário:

Significa fazenda pública, tesouro público. É o patrimônio do Estado, o conjunto de bens e valores que lhe pertencem. Possui significado mais amplo que o vocábulo fisco, pois este último compreende apenas a organização encarregada de arrecadar os tributos.

Essencialidade:

Constituído do mais básico, fundamental, que é necessário ao indivíduo.

Evasão fiscal:

A Evasão Fiscal se dá pelo não pagamento do tributo. Pode ser lícita ou ilícita. A primeira, sendo sinônimo de elisão fiscal, quando a legislação tributária permite a redução ou supressão do tributo a pagar, por exemplo, através de benefícios fiscais (isenções ou imunidades). Na evasão ilícita, o não pagamento, no todo ou em parte dos tributos devidos é também chamada de sonegação, que de ser combatida mediante atividade fiscal por parte do Estado.

Evasão Fiscal e a Distribuição de Renda:

Com a evasão fiscal se verifica maior concentração de renda. Esta concentração se dá por duas formas: a primeira, pela diminuição no volume dos bens em decorrência da diminuição dos valores arrecadados, posto que um dos objetivos da cobrança de tributos é promover a distribuição de renda mediante prestação de serviços públicos por parte dos governantes; a segunda, pelo fato do agente econômico aumentar o seu lucro na medida em que, tendo cobrado o tributo do consumidor final incluso no valor da mercadoria, não o repassa ao poder público.

Evasão Tributária:

O mesmo que evasão fiscal.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

F

Finanças Públicas:

É o conjunto de ações e problemas que integram o processo de arrecadação e execução de despesas pela administração pública e a gestão do patrimônio público. Abrange todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno de compras.

Fisco:

Termo utilizado para designar as organizações encarregadas da administração tributária.

Fontes de Receita:

São fontes de ingresso de dinheiro aos cofres públicos (tributos, empréstimos, financiamentos, emissão de moeda, venda de patrimônio e outros).

FUNDEB:

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – É um fundo constituído com parte da arrecadação de impostos, os quais devem ser aplicados com exclusividade no Ensino Fundamental. Sua existência é obrigatória em todos os Estados e Municípios, sendo fiscalizado por um conselho de acompanhamento e controle social.

G

Gasto Público:

É todo dispêndio de recursos (despesas e investimentos) efetuado pela administração pública.

Gestão Fiscal:

É o conjunto de operações desenvolvidas pela administração pública, que visam controlar as receitas e gastos públicos, ou seja; obter, criar, gerir e dispender os recursos necessários à satisfação das necessidades públicas.

I

Imposto:

Vide Tributo.

Imposto Direto:

É aquele em que o pagamento é feito diretamente pelo contribuinte de fato; isto é, quem faz o pagamento é a mesma pessoa que suporta o ônus. Exemplos: IR, IPTU, IPTA e ITR.

Imposto Indireto:

É aquele em que o valor do tributo está incluso no preço da mercadoria ou serviço adquirido pelo consumidor final, sendo o comerciante, industrial ou prestador de serviço meros repassadores destes valores aos cofres públicos. Exemplos: ISS, ICMS e COFINS.

Impostos Municipais:

- a- ISSQN – Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – cobrado sobre a prestação de serviços como médicos, hospitais, alfaiates, barbeiros, cabeleireiros, contadores,

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

advogados, estabelecimentos de ensino, lavanderia, transporte intramunicipal, hotéis, e outros serviços em que não há cobrança de ICMS.

- b- IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – imposto que incide sobre a propriedade de imóveis na zona urbana.
- c- ITBI – Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição. A incidência mais comum desse imposto recai sobre a compra e venda de imóveis.

Impostos Estaduais:

- a- ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – É a principal fonte de receita dos Estados, sendo que 25% do produto arrecadado são distribuídos entre os municípios, proporcionalmente ao movimento econômico. O ICMS torna-se uma das principais fontes de receita dos Municípios.
- b- IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – imposto cobrado pelo Estado, sendo que 50% do valor do imposto pertence ao município onde o veículo se encontra registrado, matriculado, emplacado ou licenciado.
- c- ITMCD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos. A incidência mais comum ocorre no recebimento de bens decorrentes de herança ou doação.

Impostos Federais

- a- IRPF – Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – Pessoa Física: Imposto cobrado sobre rendimentos (salários, aplicações financeiras e outras formas de renda recebidas pelas pessoas físicas).
- b- IRPJ - Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – Pessoa Jurídica: Imposto cobrado sobre o lucro das empresas.
- c- ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – Imposto cobrado pela União e repartido em partes iguais com município onde se localiza o imóvel.
- d- IPI – Imposto sobre Produto Industrializado – Imposto cobrado sobre produtos que sofrem alguma espécie de industrialização.
- e- II – Imposto sobre Importação de Produto estrangeiro – Imposto cobrado sobre a entrada de produtos estrangeiros em território nacional.
- f- IE – Imposto sobre a Exportação para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- g- IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas aos títulos ou valores mobiliários.

Improbidade Administrativa

É a conduta desvirtuada da administração pública, praticada por um dos agentes, em qualquer nível de governo ou hierarquia

Incentivos Fiscais:

São formas legais de redução ou supressão do tributo a pagar, visando beneficiar determinados setores produtivos como objetivo de gerar empregos, ampliar a produção, o comércio internacional e prestação de serviços. Também são instituídos com o objetivo de incentivar atividades sociais ou culturais.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

Índice de Participação dos Municípios no ICMS:

É o valor Adicional Fiscal – VAF do Estado (soma dos VAFs dos Municípios) dividido pelo VAF do município. Vide também VAF Municipal e VAF Estadual.

Investimento Público

São recursos públicos aplicados em obras, ações ou serviços, necessários ao atendimento das necessidades da sociedade. Exemplo: construção de escolas, estradas etc.

IE:

Inscrição Estadual – Tipo: 000.000000.0000

INSS:

Instituto Nacional do Seguro Social – Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, como as atribuições de arrecadação, fiscalização e a cobrança das contribuições sociais devidas por trabalhadores e empresários sobre a folha de pagamento, gerenciar os recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social – FPAS, e conceder os benefícios previdenciários.

Isenção Tributária:

É a dispensa legal do pagamento do tributo devido.

L

Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO:

Esta lei define metas e prioridades para a Administração Pública com base no PPA. A LDO serve de orientação para a elaboração da lei orçamentária.

Lei Orçamentária Anual – LOA:

É elaborada pelo executivo e consiste no orçamento propriamente dito. Contém os programas, subprogramas, projetos e as atividades que indicam as metas e prioridades estabelecidas na LDO, juntamente com os recursos necessários para o seu cumprimento. **Lei**

Orgânica Municipal:

É a lei maior no âmbito municipal, que organiza e normatiza o funcionamento do município, somente se subordinando à Constituição do Estado e a Constituição Federal.

Lei de Responsabilidade Fiscal:

É a norma legal que fica os princípios que devem nortear as finanças públicas, visando eliminar o déficit público (despesa maior que a receita) nos três níveis de governo (União, Estados, Municípios), através de uma gestão fiscal responsável, com ênfase no controle do gasto e do endividamento público.

Licitação:

É o procedimento que a administração pública deve realizar para adquirir obras, mercadorias ou serviços, ou realizar vendas ao custo mais econômico para a sociedade.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

M

Margem de Lucro:

É a relação percentual calculada entre o valor de venda e o custo das mercadorias e serviços.

Mínimo Existencial:

Parcela da renda que as pessoas devem destinar às suas necessidades vitais para a manutenção de uma existência digna. A proibição de se tributar esta parcela de renda é o que se conhece como isenção ou imunidade do mínimo existencial ou mínimo vital.

Ministério Público:

É uma instituição permanente, essencial à função do Estado como aplicador e distribuidor da Justiça. Possui a atribuição de defender a ordem jurídica do regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Abrange o Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e o Ministério Público Estadual.

Monopólio:

Comércio abusivo que consiste em um indivíduo ou grupo tornar-se o único possuidor de determinado produto ou serviço para, na falta de competidores, poder vendê-lo por preço exorbitante.

Movimento Econômico:

O movimento econômico ou valor adicionado significa a soma dos valores gerados pelos contribuintes do ICMS, com mercadorias ou serviços sujeitos ao imposto, ainda que não tenha ocorrido o seu pagamento. Sua apuração serve para determinar o valor do ICMS e outras receitas que retornam aos municípios (vide Repartição das Receitas Tributárias).

Multa:

É uma penalidade de natureza pecuniária (deve ser paga em dinheiro), aplicada por órgãos de fiscalização sobre as pessoas físicas ou jurídicas, que descumprem normas administrativas. Multa não é tributo, pois representa uma sanção por ato ilícito, mas os recursos arrecadados são fonte para os cofres públicos.

Multa de Trânsito:

É uma penalidade de natureza pecuniária, aplicada pelos órgãos de fiscalização de trânsito sobre o condutor de veículos que descumprir regras estabelecidas na legislação de trânsito. A multa de trânsito não é tributo, pois representa uma sanção por ato ilícito, mas os recursos arrecadados são fonte de receita para os cofres públicos.

Multinacionais:

Empresas que atuam em mais de um país, o mesmo que transnacionais.

N

Nota Fiscal:

É um documento autorizado e controlado pelo Estado ou pelo Município de emissão obrigatória quando das vendas de mercadoria ou prestação de serviços, devendo ser preenchido pelos comerciantes, indústrias ou prestadores de serviços, pelo valor correto da operação.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

O

Orçamento Municipal:

É um documento sob forma de lei, onde estão registradas as estimativas de receitas e despesas de um determinado ano (exercício financeiro). Todas prefeituras municipais possuem o seu orçamento.

Orçamento Participativo:

É um processo de elaboração de orçamento-programa, que está sendo adotado por alguns Estados e Municípios, o qual consiste na consulta às suas comunidades e associações de bairros ou rurais, possibilitando a discussão por parte da sociedade das prioridades de ação governamental.

Orçamento Público:

É um documento em forma de lei, onde estão registradas as estimativas de receitas e despesas de um determinado ano (exercício financeiro). Cada nível de governo (União, Estados, Municípios) possui seu orçamento.

P

PASEP:

Contribuição compulsória exigida pelos órgãos públicos (calculada sobre as receitas correntes), para a formação do patrimônio do servidor público. Corresponde, no setor público, às contribuições que o setor privado faz para o PIS.

Patrimônio Público:

É o conjunto de bens, direitos e obrigações que se encontram à disposição do município, do Estado ou da União, para realização dos seus fins.

Pedágio:

É o direito de passagem retribuído por taxa cobrada pelo poder público ou por uma concessionária outorgada para serressarcir dos investimentos feitos na construção ou conversão da respectiva via de transporte terrestre.

Penalidade Fiscal:

É a sanção em razão de infração à legislação tributária. Exemplo: multa por não emissão de documento fiscal, multa por não pagamento de tributo.

PETI:

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Programa do Governo Federal com o objetivo de retirar as crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre, possibilitando, o acesso, a permanência e o bom desempenho escolar, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar ao da escola, ou seja, na jornada ampliada.

PIB:

Produto Interno Bruto – É a quantificação de toda riqueza produzida dentro das fronteiras do país, em um ano.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

PIS:

Programa de Integração Social – (diz-se, também, da contribuição em favor dos trabalhadores). Contribuição compulsória exigida das empresas para a formação do patrimônio do trabalhador.

PIS/PASEP:

A partir da Constituição Federal de 1988, as contribuições para o PIS/PASEP passaram a financiar o programa seguro-desemprego e o abono anual de um salário mínimo pago aos trabalhadores que perceberem menos de dois salários mínimos de remuneração. As empresas recolhem o PIS calculado sobre o valor das vendas.

Planejamento Orçamentário:

Planejamento da União, Estado ou Município prevendo gasto de dinheiro público e receita. A conta chamada de proposta orçamentária é encaminhada ao legislativo que pode aprová-la na íntegra ou fazer emendas.

Plano Plurianual – PPA:

Estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública em longo prazo. É a programação global da gestão do governante, uma espécie de “plano de governo” elaborado no primeiro ano do mandato e que alcança o primeiro ano do governo subsequente.

PNB:

Produto Nacional Bruto – É a quantificação de toda riqueza produzida dentro das fronteiras do país, excluindo a riqueza produzida no exterior por residentes nacionais. Portanto, exclui a remuneração dos fatores de produção empregados internamente e que, todavia, pertencem a residentes em outros países, ao mesmo tempo em que soma a renda do exterior.

Prestação de Contas:

É um procedimento pelo qual, o administrador público está obrigado a comprovar perante os órgãos competentes (Tribunal e Contas e/ou órgão de Controle Interno) o uso de bens que lhe foram entregues.

Programa de Renda Mínima:

Programa do poder público (municipal, estadual e federal) que destina recursos a pessoas ou famílias sem renda ou com rendimentos insuficientes para a sua subsistência. Vide também renda mínima.

R

Receita Pública:

É todo e qualquer valor recebido pelos cofres públicos, decorrentes de tributos, empréstimos e financiamentos, vendas de patrimônio, renda referentes a aluguéis ou outras atividades estatais.

Receita Tributária:

É o valor do ingresso nos cofres públicos decorrente da cobrança de tributos.

Recursos Públicos:

Representam todos os recursos que o estado tem à sua disposição para administrar , oriundos da arrecadação de tributos, obtenção de empréstimos e financiamentos, emissão de moeda, venda de patrimônio, rendimentos obtidos pelo patrimônio estatal e outras.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

Redução da Base de Cálculo:

É a supressão legal, parcial, do Valor que serve de base de cálculo do tributo.

Renda:

Produto da aplicação do capital, da venda de força do trabalho ou da combinação de ambos.

Renda Mínima:

Renda necessária para assegurar ao cidadão o mínimo existencial. Vide também mínimo existencial e Programa de Renda Mínima.

Repartição das Receitas Tributárias:

É uma forma de distribuição das receitas tributárias arrecadadas, permitindo que os Estados e Municípios participem da arrecadação dos tributos da União e os Municípios participem do produto arrecadado pelos Estados. Existem diferentes formas da repartição das receitas. Assim, em relação aos recursos do FUNDEF, sua distribuição é feita de acordo com o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. No caso do Fundo de Participação dos Municípios – FPM formado com parcelas de arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados, sua distribuição aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes. Em se tratando de ICMS esta distribuição tem relação direta com o movimento, ou seja, a riqueza produzida pelo município.

RPA:

Recibo Profissional Autônomo – Tem que necessariamente conter o nome do profissional seu no órgão competente e o CPF.

S

Secretaria da Receita Federal – SRF

Órgão do Ministério da Fazenda encarregado de arrecadar receitas federais, exceto as contribuições sociais de empregadores, empregados e trabalhadores autônomos.

Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Órgão do Ministério da Fazenda encarregado de administrar a utilização dos recursos arrecadados pelo Governo Federal, cuja maior parte é oriunda de tributos. O Tesouro só pode liberar recursos dentro das condições definidas no Orçamento Geral da União, o qual sempre é aprovado pelo Congresso Nacional no ano imediatamente anterior.

Seguro Desemprego:

É um benefício de assistência social de caráter temporário financiado por contribuições sociais (PIS/PASEP) e prestado ao trabalhador que tiver sido demitido sem justa causa e estiver desempregado, desde que preenchidas determinadas condições.

Seletividade:

Princípio que orienta a variação das alíquotas em função da essencialidade do produto, isto é, se o produto é supérfluo, sua alíquota será maior e, se o produto for essencial, sua alíquota será menor.

Serviços Públicos:

São aqueles prestados pela administração pública, nas três esferas de governo, visando à

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

satisfação das necessidades públicas como educação, segurança, justiça, saúde, habitação, transportes, saneamento básico e outros.

SIMPLES:

Sistema de Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno porte – Instituído PE lei nº 9317, de 05.12.1996, concede tratamento diferenciado e favorecido relativamente a tributos e contribuições federais.

Sonegação:

É quando o contribuinte omite ou subtrai informações à tributária, com o objetivo de reduzir ou deixar de pagar tributos. Sonegação é crime previsto em lei.

Substituição Tributária:

É o pagamento do ICMS antecipado, das etapas de comercialização sendo recolhido geralmente na etapa inicial da indústria ou por distribuidores. Esse instrumento é utilizado pelo Estado quando há um número menor de indústrias ou distribuidores atacadistas pois facilita a fiscalização e o recolhimento do imposto.

SUS:

Sistema Único de Saúde – É o conjunto de ações criado para organizar e fazer funcionar os serviços correspondentes à promoção, proteção e recuperação de saúde. Este conjunto de ações é realizado por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, de administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público podendo a administração privada participar do sistema em caráter complementar.

T

Taxa:

Vide tributo.

Trabalho Informal:

É o trabalho desenvolvido por pequenos empreendimentos sem qualquer registro junto ao poder público competente para fins de controle, implicando prejuízos para a arrecadação tributária e para os trabalhadores.

Transferências Constitucionais:

Vide Repartição das Receitas Tributárias.

Transferências Voluntárias:

É uma forma de distribuição de receitas tributárias arrecadadas por um ente tributário a outro, através de convênio.

Tribunal de Contas:

Órgão controlador das despesas que fiscaliza o cumprimento das leis e avalia se os atos administrativos foram praticados no momento, na forma e nos custos adequados.

Tributação Progressiva:

É um princípio constitucional que respeita a capacidade contributiva, de modo que os que

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

ganhem mais paguem proporcionalmente mais, os que ganhem menos paguem menos. A Constituição Federal consagra a progressividade como princípio que deve reger a tributação da renda no Brasil.

Tributação Regressiva:

Ocorre quando a carga tributária é proporcionalmente mais elevada para os extratos de renda menores, ou seja, em um sistema tributário regressivo os rendimentos mais altos sofrem uma tributação menos em desacordo com a capacidade contributiva do cidadão. Vide também tributação progressiva.

Tributo:

É a parcela que a sociedade entrega ao Estado, em dinheiro, de forma obrigatória, para financiamento dos gastos públicos. Tributo é gênero do qual são espécies:

- a- Imposto: É o tributo cobrado sem que haja uma contraprestação específica para este ou aquele serviço, ou para realizar esta ou aquela obra. Destina-se a financiar os serviços públicos, isto é, aqueles que devem ser prestados de forma a beneficiar toda a coletividade indistintamente.
- b- Taxa: É o tributo cobrado em decorrência do exercício do poder de fiscalização dos entes públicos (por exemplo, nos alvarás de licenciamento para construção, localização de estabelecimento comercial, licenciamento de veículos, dentre outros) ou em função da prestação de um serviço público obrigatório efetivo ou potencial (ex: taxa de coleta de lixo) em que a contribuinte paga pelo serviço independentemente de estar usufruindo, bastando que o serviço seja colocado a sua disposição. Não se confunde com a remuneração dos serviços públicos como fornecimento de água, esgoto, luz ou telefone, os quais constituem tarifas ou preços públicos e não taxas.
- c- Contribuição de Melhoria: É o tributo cobrado em razão de obra pública que beneficia o contribuinte.
- d- Empréstimo Compulsório: É o tributo cobrado exclusivamente Pela União e restituível, para cobrir despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública ou guerra externa, ou, ainda, em caso de investimento público urgente de relevante interesse nacional.
- e- Contribuição Especial: É o tributo com finalidade específica. Existem diversas espécies de contribuições especiais, sendo a mais importante delas a espécie Contribuições Sociais, assim chamadas porque se destinam ao financiamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social)

Tributo Direto:

É aquele que o pagamento é feito diretamente pelo contribuinte de fato; isto é, quem faz o pagamento é a mesma pessoa que suporta o ônus. Exemplos: IR, IPTU, IPVA e ITR.

Tributo Indireto:

É aquele em que o valor do tributo está incluso no preço da mercadoria ou serviço adquirido pelo consumidor final, sendo o comerciante, industrial ou prestador de serviço meros repassadores destes valores aos cofres públicos. Exemplos: ISS, ICMS, e COFINS.

V

VAF – Municipal

Valor Adicional Fiscal Municipal – É a somatória das receitas menos os custos das mercadorias produzidas pelas empresas do Município. Vide também Índice de Participação dos Municípios no ICMS.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FISCAL

VAF – Estadual

Valor adicional Fiscal Estadual – É a somatória dos VAFs dos municípios do Estado. Vide também Índice de Participação dos Municípios no ICMS.

Vinculação de Receitas Tributárias:

São recursos de origens tributárias e que devem ser aplicadas em áreas específicas, sendo as receitas mais importantes aquelas vinculadas à Educação e Saúde.

À Educação é garantida pela Constituição Federal, art. 212, Caput, pelo menos 18% das receitas decorrentes dos impostos de competência da União e 25% das receitas de impostos de competência dos Estados e Municípios.

Referências

- Apostila para Capacitação em Educação Fiscal
- Apostila do Programa Nacional de Educação Fiscal
- Apostilas do Curso a Distância: Disseminadores da Educação Fiscal
- Caderno de Referencial Teórico dos Municípios mineiros – Governador Valadares, Itajubá, Lavras, Montes Claros, Pará de Minas, São Sebastião do Paraíso.
- Escola de Administração Fazendária – ESAF
- Parâmetros Curriculares Nacionais / Temas Transversais

Oração do Professor

Senhor! Deste-me a vocação de
ensinar e de ser Professor.

É meu compromisso educar, comunicar e espalhar sementes, nas salas de aula
da escola da vida.

Eu te agradeço pela missão que me confiaste e te ofereço os frutos de meu
trabalho,

São grandes os desafios no mundo da educação, mas é gratificante ver os
objetivos alcançados, na trajetória para um mundo melhor.

Quero celebrar a formação de cada aprendiz na felicidade de ter aberto um longo
caminho.

Quero celebrar as minhas conquistas exaltando também o sofrimento que me fez
crescer e evoluir.

Quero renovar a cada dia a
coragem de sempre recomeçar.

Senhor! Inspira-me na minha vocação de mestre e comunicador. Dá-me paciência
e humildade para servir, procurando compreender profundamente as pessoas que
a mim confiaste.

Ilumina-me para exercer esta função
com amor e carinho.

Obrigado, meu Deus, pelo dom da
vida e por fazer de mim um educador
hoje e sempre.

Amém

(Autor Desconhecido)

Realização

Escola de Administração Fazendária - ESAF
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF
Divisão de Educação Fiscal da SEF-MG
Superintendência Regional de Fazenda Uberlândia
Administração Fazendária de Unaí - MG
Prefeitura Municipal de Unaí - MG
Secretaria Municipal da Educação de Unaí - MG

Unaí - MG





Hino Oficial do Município de Unaí



Em meados do século dezenove
Desbravadores lutaram por aqui
De aldeia transformou-se em povoado
De povoado em distrito de Unaí

Unaí nome indígena Rio Preto
No século vinte se emancipou
Brava gente de luta e respeito;
A nossa terra com brio conquistou

Plantamos amor e dedicação
Unaí a expressão mineira
Carregamos-te no coração
E no peito a nossa bandeira

Salve esse povo humilde e hospitaleiro
Nossa cidade, o nosso existir
No coração do noroeste mineiro
Com muito orgulho, somos filhos de ti Unaí
Com muito orgulho, somos filhos de ti Unaí

Temos serras altas e frondosas,
Terras férteis e muito produtivas
Cachoeiras belas e formosas,
Verdes matas e plantas nativas

Nesse pedaço de chão brasileiro
Encontra-se um povo feliz
O nosso orgulho de ser mineiro
Honrar a pátria e o nosso país

Brasil, Minas Gerais, Unaí
Sentimento de paz e de amor
Vamos todos unidos construir
Um futuro mais belo e promissor

Cidade do sol e do progresso
O nosso forte é a produção
A ti declamamos em prosa e verso
Unaí te amamos de coração
Unaí te amamos de coração.

Letra e melodia: José Caetano Filho e Leide Nara Rocha Barbosa
Partituras, arranjos e adaptações: Maestros João Pereira Filho e Elias de Jesus Pires



UNAÍ



Educação Fiscal

Compromisso de cada um. Benefício para todos.